

LEI N.º 1573, DE 25 DE JULHO DE 2017.

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Pato Bragado para o período de 2018 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Pato Bragado, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito do Município, sanciono a seguinte LEI ORDINÁRIA:

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Fica estabelecido, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais e as específicas para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do Município de Pato Bragado para o exercício financeiro de 2018, de conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º A Lei Orçamentária, bem como, suas alterações não destinarão recursos para execução direta, pela Administração Pública Municipal de projetos e atividades típicas das Administrações Públicas Federais e Estaduais, ressalvando-se aquelas autorizadas especificamente por Lei.

Parágrafo único. As despesas de competência de outros entes da Federação, só serão assumidas pela Administração Municipal, quando firmadas por convênios, acordos ou ajustes e previstas na Lei Orçamentária.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 3º As Diretrizes Orçamentárias para o exercício, compreendem a seguinte estrutura:

- I - das Diretrizes Gerais;
- II - da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias;
- III - das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
- IV - das Receitas;
- V - das Despesas;
- VI - das Despesas com Pessoal;
- VII - da Gestão Patrimonial;
- VIII - das Metas Fiscais;
- IX - dos Riscos Fiscais;
- X - do Orçamento da Administração Direta;
- XI - dos Fundos Especiais;
- XII - das Disposições Gerais e Finais.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - *Programa*, o instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - *Atividade*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da Ação de Governo;

III - *Projeto*, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da Ação de Governo;

IV - *Operação Especial*, as despesas que não contribuem para a manutenção das Ações de Governo das quais não resultam um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas ações e/ou metas físicas.

Art. 5º O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e as Portarias dela decorrentes, e especificações constantes do plano de contas estabelecido e atualizado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, detalhada por categoria de programação, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa e das modalidades de aplicação, obedecendo a seguinte estrutura:

I - Classificação Institucional, cuja finalidade principal é evidenciar as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, classificando os órgãos e fixando responsabilidades entre esses, com consequentes controles e avaliações de acordo com a programação orçamentária;

II - Classificação Funcional, que compreenderá as seguintes categorias:

a) Função, correspondendo ao nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Município;

b) Subfunção, representando uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

c) Programas, compreendendo as partes do conjunto de ações e recursos da subfunção a que estejam vinculados, necessárias ao alcance de produtos finais.

III - Classificação da Natureza da Despesa, com os seguintes desdobramentos:

- a) categorias econômicas;
- b) grupos de natureza de despesa;
- c) modalidades de aplicação;
- d) elementos de despesa.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades, especificando os valores, as metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto ou atividade estará vinculado a uma função, a uma subfunção e a um programa.

Art. 6º A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e serviços da dívida, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 7º O Orçamento Fiscal e o de Investimento compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município e seus órgãos, instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 8º O projeto de Lei Orçamentária será constituído de mensagem circunstanciada, projeto de lei, tabelas e especificação de programas especiais de trabalho, definidos no Art. 22 da Lei Federal nº 4.320/64, além dos quadros constantes em seu Art. 2º, e, ainda, do seguinte:

I - previsão das receitas, observada para a sua estimativa a metodologia definida no Art. 15 desta Lei;

II - demonstrativo das despesas entre órgãos, unidades e funções de governo;

III - demonstrativo comprovando gastos na educação, na saúde e com pessoal.

IV - a demonstração do Orçamento de Capital de forma demonstrar a regra ouro, conforme Art. 12, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 9º A Proposta Orçamentária do Município, consolidando todos os seus poderes e órgãos, incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social, compor-se-á de:

I - mensagem;

II - projeto de Lei Orçamentária;

III - tabelas explicativas da receita e despesas;

IV - sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;

V - quadro demonstrativo da receita e despesa, por categorias econômicas;

VI - Legislação da Receita;

VII - anexo da Renúncia de Receita;

VIII - quadros das dotações por órgãos do governo e da administração, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

IX - anexo demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO;

X - plano de aplicação dos fundos especiais;

XI - descrição sucinta da competência de cada unidade administrativa e respectiva legislação pertinente.

Art. 10. O Orçamento Geral da Administração Direta do Município abrangerá:

I - Poder Legislativo

II - Poder Executivo:

a) Unidades da Administração direta;

b) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) Fundo Municipal de Saúde;

d) Fundo Municipal de Assistência Social;

e) Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Parágrafo único. A estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional vigente à época de seu encaminhamento, adequando-se as alterações previstas para o próximo exercício.

Art. 11. Na elaboração da proposta orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas segundo as disposições desta Lei, podendo ainda ser corrigidas, se necessário, durante a execução orçamentária, através de ato próprio do Poder Executivo, até o limite mensal da inflação verificada no período compreendido entre o mês seguinte de sua elaboração até o mês imediatamente anterior à correção.

Parágrafo único. O Poder Executivo explicitará no Projeto de Lei da proposta, o índice de inflação que poderá corrigir a previsão orçamentária.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 12. Tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida do cidadão, o Município de Pato Bragado estabelece as seguintes prioridades, que nortearão a elaboração do Orçamento Anual:

I - implementar políticas de inclusão social;

II - modernização na ação governamental;

III - promover o desenvolvimento econômico sustentável;

IV - a geração de emprego e renda, através de incentivo à iniciativa privada, de assessoria técnica e gerencial e de qualificação de mão de obra;

V - a educação ambiental, para comprometer o cidadão na construção de um ambiente saudável que atenda as suas necessidades de satisfação estética e de bem-estar;

VI - a formação de cidadãos de sucesso, com a garantia de um ensino com padrão de qualidade;

VII - o atendimento básico em saúde, através de serviços de ordem preventiva e curativa.

Art. 13. Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando ou diminuindo seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 14. A Proposta Orçamentária do Município de Pato Bragado deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis, o de justiça social e o da transparência social:

I - o princípio de justiça social implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária, contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos munícipes mais necessitados;

II - o princípio da transparência social requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

CAPÍTULO IV DAS RECEITAS

Art. 15. Na estimativa das receitas observará as normas técnicas e legais, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de outro fator relevante e será acompanhada de demonstrativos de sua evolução nos três exercícios anteriores, da previsão do exercício corrente e da projeção para os dois exercícios seguintes, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Parágrafo único. A concessão de benefícios fiscais de caráter geral será considerada na previsão da Receita Orçamentária de forma a assegurar o cumprimento das metas fiscais previstas para o exercício.

Art. 16. A estimativa da renúncia de receita prevista no Anexo de Metas Fiscais deverá ser demonstrada através de anexo próprio na proposta orçamentária, contendo o seguinte:

I - a margem para concessão de renúncia de receita;

II - a descrição dos atos legais que fundamentam a renúncia de receita;

III - demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita constante da previsão orçamentária.

Art. 17. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter ou prever a autorização para a contratação de Operações de Crédito para atendimento a despesas de capital, observado os limites de endividamento, apurados na forma estabelecida na LRF (Arts. 30, 31 e 32, da LRF).

§ 1º A contratação de operações de crédito dependerá do cumprimento dos requisitos do Art. 32, § 1º, inciso I, da LRF.

§ 2º Ultrapassando o limite de endividamento definido no Art. 28 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Art. 40 desta Lei (Art. 31, § 1º, II da LRF)

Art. 18. O Poder Executivo revisará e aperfeiçoará a aplicação da legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal do Município e assegurar o cumprimento das metas fiscais.

CAPÍTULO V DAS DESPESAS

Art. 19. A previsão da despesa será revista segundo os preços e custos correntes, vigentes em 1º (primeiro) de agosto de 2017, e será compatível com as prioridades e metas previstas na presente Lei.

Art. 20. Os critérios para distribuição dos recursos para os órgãos e os poderes do município obedecerão prioritariamente às despesas com pessoal e seus encargos sociais, serviços da dívida, outras despesas de custeio administrativo operacional e precatórios judiciais, após poderão ser programados recursos ordinários para atender despesas de capital.

Parágrafo único. A previsão orçamentária não conterà dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no PPA – Plano Plurianual, excluídas as obras de conservação e adaptação de bens imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 21. Durante a execução orçamentária os atos que resultarem na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa não prevista no orçamento exigir-se-á o seguinte:

I - estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no exercício que for implementada e nos dois exercícios seguintes e das premissas e metodologia de cálculo utilizado;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, tenha compatibilidade com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 22. As despesas correntes derivadas de leis ou atos administrativos, que fixem para o Município a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios deverão estar instruídas das exigências estabelecida no Inciso I do artigo anterior e acompanhada de comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais.

§ 1º Será considerado aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado, que ultrapasse um período superior a dois exercícios.

§ 2º Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do Art. 16 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Art. 24 da Lei Federal nº. 8.666, de 1993.

Art. 23. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 24. Os projetos, atividades e operações especiais com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros recursos vinculados, somente serão executados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão.

Art. 25. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município terão prioridade na alocação dos recursos até sua conclusão.

Art. 26. O Poder Executivo é autorizado a celebrar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, conforme legislação pertinente, objetivando contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que haja interesse do Município ou alguma forma de ressarcimento.

Art. 27. Os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a promover as alterações e adequações na legislação de pessoal e nas estruturas dos quadros de pessoal, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o Art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI DA DESPESA COM PESSOAL

Art. 28. A Administração Direta obedecerá rigorosamente os limites estabelecidos para as despesas com pessoal, e as seguintes condições:

I - caso a despesa com pessoal ultrapasse o limite prudencial, ou seja, o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite correspondente a cada Poder, até que

comprove o retorno nos relatórios fiscais do quadrimestre seguinte, ficam proibidos os seguintes atos:

a) conceder qualquer tipo de vantagens que aumente a despesa;
b) conceder gratificação a qualquer título;
c) aumento salarial, salvo se for em decorrência de sentença judicial, de lei ou contrato, ressalvada a revisão geral anual;
d) criar cargo, emprego ou função;
e) alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
f) preencher cargo público;
g) admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada para repor servidores que se aposentarem ou falecerem das áreas de educação, saúde e de utilidade pública;

h) contratar horas extras;

i) conceder promoções e os avanços previstos no plano de carreira;

II - se a despesa total com pessoal de cada Poder ultrapassar os limites máximos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem prejuízo das medidas previstas no Inciso I deste artigo, o excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as seguintes providências:

a) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;

b) exoneração dos servidores não estáveis;

c) perda de cargo de servidor estável, nos termos e condições estabelecidas na Constituição Federal.

Art. 29. Os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a conceder vantagens ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreira, a admissão de pessoal a qualquer título, condicionado as seguintes exigências:

I - comprovação de que a despesa com pessoal não esteja extrapolando limite de alerta, ou seja, o percentual de 90% (noventa por cento) dos limites para cada poder, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - declaração expressa do ordenador de despesa de cada poder, que a projeção da despesa ao longo dos 12 (doze) meses não ultrapassará percentual de que trata o inciso anterior;

III - demonstrativo da estimativa do impacto na previsão orçamentária no exercício em que for implementado e nos dois exercícios seguintes, e a origem dos recursos para o custeio da despesa;

IV - se houver prévia dotação suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

§ 1º Exclui-se das exigências estabelecidas neste artigo, a despesa obrigatória de caráter continuado decorrente da revisão geral dos servidores, prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal, que tem por finalidade a recomposição do poder aquisitivo dos

vencimentos defasados em razão da inflação, nos termos do Art. 17, § 6º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja autorização será estabelecida em lei específica.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes dos atos previstos no *caput* deste artigo deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

CAPÍTULO VII DA GESTÃO PATRIMONIAL

Art. 30. As disponibilidades de caixa do Município serão obrigatoriamente depositadas em instituições financeiras oficiais.

Art. 31. O produto de alienação de bens e direitos que integram o Patrimônio Municipal deverá ser aplicado obrigatoriamente em despesas de capital, de forma a preservar o Patrimônio Público.

Art. 32. Em atendimento ao Parágrafo único do Art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, os projetos em andamento por ocasião do encaminhamento desta Lei de Diretrizes Orçamentárias estão especificados no Relatório contido no Anexo IV desta Lei.

CAPÍTULO VIII DAS METAS FISCAIS

Art. 33. Em consonância com o § 2º, do Art. 165 da Constituição Federal, as prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 34. Nos termos dos §§ 1º e 2º do Art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, fica estabelecido no Anexo II da presente Lei, as Metas Fiscais para o exercício financeiro, no sentido de alcançar o superávit primário e de resultado nominal, necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira do Município.

§ 1º O Anexo II que compreende as Metas Fiscais, conterà:

- I - Adendo 1: Metas Anuais;
- II - Adendo 2: Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- III - Adendo 3: Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV - Adendo 4: Evolução do patrimônio líquido, origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;
- V - Adendo 5: Avaliação da situação financeira e atual do Fundo Previdenciário Próprio dos Servidores Públicos;

VI - Adendo 6: Estimativa e compensação da renúncia de receita;
VII - Adendo 7: Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 2º Para a elaboração dos adendos do Anexo II de Metas fiscais, foi utilizada a metodologia e memória de cálculo apresentadas pelos Demonstrativos I e II, da Receita, Demonstrativo III, da Despesa, Demonstrativo IV, do Resultado Primário, Demonstrativo V, do Resultado Nominal e Demonstrativo VI, da Dívida Pública, que são parte integrante desta Lei.

§ 3º Os valores das Metas Fiscais em anexo devem ser vistos como indicativo, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determinem, até o envio do Projeto da Lei Orçamentária.

§ 4º Após a aprovação legislativa da Previsão Orçamentária, o Anexo II que trata das metas fiscais poderá ser reformulado, objetivando adequar as alterações advindas de mudanças na legislação tributária, financeira e orçamentária que venham a ser promovidas pelo Governo Federal no decorrer do exercício, ou resultante do comportamento da economia nacional, sem prejuízo das metas estabelecidas.

Art. 35. O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal, até o final dos meses de maio e setembro de 2018 e no mês de fevereiro de 2019, a avaliação em relatórios quadrimestrais das metas fiscais estabelecidas e executadas.

Art. 36. A execução dos orçamentos obedecerá:

- I - o equilíbrio entre receitas e despesas;
- II - as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários;
- III - as condições e exigências para transferências de recursos a instituições públicas e privadas;
- IV - a forma de utilização e montante da reserva de contingência;
- V - as condições e exigências para o custeio de despesas de outros entes da Federação;
- VI - as normas do Tribunal de Contas do Estado e da Secretaria do Tesouro Nacional quanto à aplicação das fontes de recurso, fontes de financiamento, modalidades de aplicação, indicadores de uso e grupos de arrecadação.

§ 1º Se verificado ao final do bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão por ato próprio a limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os seguintes critérios:

- I - redução na mesma proporção entre o previsto e a expectativa de receita, nas despesas e transferências, excluídas:
 - a) as de pessoal e seus encargos patronais;
 - b) ao pagamento dos serviços da dívida;

- c) as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município (Saúde, Educação, assistência social, precatórios e serviços de utilidade pública);
 - d) as decorrentes de convênios, acordo e ajustes firmados com o Governo Federal e Estadual;
 - e) das obras em andamento;
- II - vedação de empenhos que se destinem a:
- a) início de obras e instalações, inclusive as destinadas a conservação e adaptação de bens imóveis;
 - b) aquisição de bens imóveis por compra, desapropriação ou doação;
 - c) aquisição de equipamentos e material permanente, exceto destinado às atividades que constituem obrigações constitucionais;
 - d) abertura de créditos especiais que envolvam recursos próprios;
 - e) demais despesas que poderão ser evitadas que não venham causar implicações de ordem legal.

§ 2º As hipóteses indicadas nas alíneas “a” e “d” do inciso II deste artigo são meramente indicativas, cabendo ao ordenador da despesa decidir sobre aquelas cuja vedação cause menos impacto à população e ao funcionamento de atividades e projetos em execução.

§ 3º No caso de restabelecimento da receita prevista ou do cumprimento das metas fiscais, a execução retornará a normalidade.

CAPÍTULO IX DOS RISCOS FISCAIS

Art. 37. Para efeito do disposto no inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, a Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor não inferior ao percentual de 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício, destinada ao atendimento de riscos fiscais como despesas judiciais extraordinárias e outros passivos contingentes.

§ 1º Caso não ocorram os passivos contingentes e riscos fiscais, citados no *caput* deste artigo, até o final do décimo mês do exercício, a totalidade dos recursos da Reserva de Contingência poderá ser indicada como fonte de recurso para abertura de Créditos Adicionais.

§ 2º As possíveis despesas contingências e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, estão avaliados no Anexo III que trata dos Riscos Fiscais, em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

CAPÍTULO X DO ORÇAMENTO

Art. 38. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a serem incluídas no Projeto de Lei do Orçamento Anual, podendo, se necessário, incluir programas não previstos, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo e entidades internas e externas.

Art. 39. O total da despesa da Câmara Municipal não poderá ultrapassar os limites do Art. 29-A, da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000 e nº. 58, de 23 de setembro de 2009.

Parágrafo único. Os repasses do Poder Executivo a Câmara Municipal, para as despesas com pessoal e subsídio dos Vereadores, será em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº. 101/2000 e da Emenda Constitucional nº 25/2000 e 58/2009 e da Lei Orgânica do Município de Pato Bragado.

Art. 40. O Município aplicará vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos conforme dispõe o Art. 212 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo aplicar sessenta por cento dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na remuneração dos profissionais que atuam no magistério, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica, conforme estabelece a Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 41. Nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicará no mínimo o percentual de quinze por cento da receita resultante de impostos, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000 e em conformidade com a Lei Complementar Federal nº. 141, de 13 de janeiro de 2012.

Parágrafo único. Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o custeio do Sistema Único de Saúde - SUS, para o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde não integram o cálculo de que trata este artigo.

Art. 42. A contratação de serviços de consultoria tem por finalidade a execução de atividades que não possam ser desempenhadas por servidores dos Poderes Legislativo e Executivo ou para desempenho técnico de serviços necessários ao cumprimento de exigências legais que requerem certo grau de complexidade, publicando-se no órgão oficial do Município o extrato do contrato, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

Art. 43. O Município poderá, mediante prévia autorização legislativa, conceder "transferências voluntárias", as entidades privadas para o atendimento de despesas correntes ou de capital, que desenvolvam atividades de natureza continuada, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, agricultura, associativismo e cooperativismo, em conformidade com a Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964,

normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e legislação vigente que discipline a matéria.

§ 1º As entidades beneficiadas nos termos deste artigo prestarão dos recursos recebidos, nos termos da legislação vigente, ficando proibido novo repasse caso tenha prestação de contas pendente.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, conforme determina o Art. 116 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 ou outra forma prevista na legislação vigente aplicável a espécie.

Art. 44. Nos termos dos Art. 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Executivo Municipal autorizado, por ato próprio, a abrir créditos adicionais suplementares, para o exercício, até o limite que será determinado na Lei Orçamentária Anual, por superávit financeiro, excesso de arrecadação e anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou operações de crédito.

§ 1º A autorização de que trata o *caput* deste artigo, será extensiva às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo.

§ 2º A suplementação do orçamento pelo valor do excesso de arrecadação ou por superávit financeiro, até o limite do efetivo excesso ou superávit verificado no exercício não será computada para efeito do limite autorizado na lei orçamentária.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder os ajustes dos valores constantes do Anexo I desta Lei, quando da abertura de créditos adicionais suplementares, nos mesmos valores e percentuais autorizados na Lei Orçamentária.

§ 4º Excluem-se do limite fixado na lei orçamentária de que trata o “*caput*” deste artigo os créditos adicionais suplementares que decorrem de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 45. Os saldos das dotações provenientes de créditos adicionais especiais, abertos nos quatro últimos meses do exercício de 2017, poderão ser reabertos por decreto do Executivo Municipal, para o próximo exercício.

Art. 46. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, as dotações aprovadas na Lei Orçamentária e em créditos adicionais, recursos de uma mesma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, entre unidades orçamentárias, fundos ou categorias econômicas da despesa, respeitada a vinculação das fontes de recursos dentro das respectivas áreas de atuação nos termos do inciso VI, Art. 167 da Constituição Federal.

§ 1º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - transposição, a realocação de recursos que ocorre entre programas de trabalho, dentro do mesmo órgão ou de um órgão para outro, ampliando, desta forma, um programa previsto na lei orçamentária com recursos de outro também nela previsto;

II - remanejamento, a realocação de recursos em sede intraorganizacional, ou seja, de um órgão/entidade para outro nos casos de reformas administrativas de que resulte a criação, extinção, fusão ou cisão;

III - transferência, a realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão, num mesmo programa de trabalho, entre as categorias econômicas de despesa, mantendo-se o programa em funcionamento.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado, por Decreto a:

I - alterar, criar ou extinguir o código da modalidade de aplicação incluída na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais;

II - alterar os títulos, descritores, metas e objetivos;

III - alterar o código e classificação das fontes de recursos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa e fontes de recursos.

Art. 47. A Assessoria Jurídica do Município encaminhará à Secretaria de Finanças até 30 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na Proposta Orçamentária, conforme determinado pelo Art. 100, § 5º, da Constituição Federal, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - número do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago;

VII - data do trânsito em julgado; e

VIII - número da vara ou comarca de origem.

CAPÍTULO XI DOS FUNDOS ESPECIAIS

Art. 48. Os Fundos Municipais de que trata as alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do inciso II do Art. 10 desta Lei, terão contabilidade centralizada na Contabilidade do Executivo Municipal e integrará a proposta orçamentária da Administração Direta, em nível de unidade orçamentária, e conterà plano de aplicação que explicitará:

I - as fontes dos recursos financeiros classificados nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receita de Capital;

II - as aplicações, onde serão discriminadas:

a) os projeto e atividades que serão desenvolvidas através do Fundo;

b) os recursos destinados ao cumprimento das metas, das ações, classificadas

sob as Categorias Econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital;

III - movimentação bancária em conta especial e vinculada ao respectivo Fundo, devidamente separado das demais contas mantidas pelo Executivo Municipal.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 49. A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal até a data de 15 de agosto de 2017, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, nos termos da legislação pertinente e no limite estabelecido pelas Emendas Constitucionais nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000 e 58, de 23 de setembro de 2009.

Art. 50. A Proposta do Orçamento Geral do Município será encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até a data de 30 de setembro de 2017, para ser apreciada e deliberada nos termos da legislação em vigor, devendo ser devolvida para sanção até 15 de dezembro de 2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro, fica o Executivo Município autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

§ 4º As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento somente podem ser aprovadas caso;

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta Lei, inclusive com o Anexo de Metas Fiscais;

II - estejam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a capacidade orçamentária e financeira do Município;

III - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

Art. 51. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo tomará as seguintes providências:

I - estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - desdobrará em metas bimestrais de arrecadação as receitas previstas no Orçamento Anual, e demais exigências estabelecidas no Art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III - determinará o desdobramento da Despesa Orçamentária, de forma estabelecer o QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária.

Art. 52. VETADO.

Art. 53. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Bragado, Estado do Paraná, em 25 de julho de 2017.

Leomar Rohden
PREFEITO DO MUNICÍPIO



MUNICÍPIO DE PATÓ BRAGADO
ESTADO DO PARANÁ



ANEXO I – METAS E PRIORIDADES – LDO 2018

PROGRAMA: 1000 - GESTÃO LEGISLATIVA								
ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DO PODER LEGISLATIVO, EM CONSONÂNCIA COM OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS E DISPOSIÇÕES EXPRESSAS NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OFERECENDO PLENAS CONDIÇÕES AOS VEREADORES NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES; LEGISLAR SOBRE TODOS OS ASSUNTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO E TRATAR DE SUA ORGANIZAÇÃO INTERNA, NO QUE DIZ RESPEITO AOS SEUS SERVIÇOS.								
AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
1.001	01 - Legislativa 031 - Ação Legislativa	01 - Poder Legislativo 001 - Câmara de Vereadores	REFORMAR AS INSTALAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	1 - Obra 1- Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	334	75.000,00	1.241.138,50
2.001	01 - Legislativa 031 - Ação Legislativa	01 - Poder Legislativo 001 - Câmara de Vereadores	ATIVIDADES LEGISLATIVAS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	1.166.138,50	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA:		PROGRAMA:
1.001	- Melhorias e Reformas das instalações da Câmara Municipal;	
2.001	- Manter as atividades administrativas e institucionais da Câmara Municipal, visando o cumprimento do processo legislativo, em consonância com a legislação pertinente; - Reequipar o Poder Legislativo; - Viabilizar participação de vereadores e servidores em cursos, seminários, simpósios e outros.	

PROGRAMA: 1050 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE								
DESENVOLVER AÇÕES QUE PROMOVAM A MELHORIA DA ATUAÇÃO ESTATAL E CONTROLE DO GASTO PÚBLICO, ATRAVÉS DE CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO, AVALIAÇÕES, CONTROLADORIA, REVISÃO E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, COM VISTAS A OFERTAR SERVIÇOS EFICIENTES E DE QUALIDADE A POPULAÇÃO.								
AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
2.002	04 - Administração 122 - Administração Geral	02 - Poder Executivo 001 - Gabinete do Prefeito	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	699.750,00	4.241.100,00
2.003	04 - Administração 122 - Administração Geral	02 - Poder Executivo 001 - Gabinete do Prefeito	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURÍDICA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	63.500,00	
2.004	04 - Administração 131 - Comunicação Social	02 - Poder Executivo 001 - Gabinete do Prefeito	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	346.500,00	
2.005	04 - Administração 122 - Administração Geral	02 - Poder Executivo 003 - Secretaria de Administração	MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO E FROTAS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	75.200,00	
2.006	04 - Administração 124 - Controle Interno	02 - Poder Executivo 002 - Coordenadoria de Controle Interno	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	73.500,00	
2.007	04 - Administração 122 - Administração Geral	02 - Poder Executivo 003 - Secretaria de Administração	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	1.327.500,00	
2.008	04 - Administração 122 - Administração Geral	02 - Poder Executivo 003 - Secretaria de Administração	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXPEDIENTE, COMPRAS E RECURSOS HUMANOS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	419.500,00	
2.009	04 - Administração 122 - Administração Geral	02 - Poder Executivo 003 - Secretaria de Administração	ENCARGOS COM OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	97.500,00	
2.010	04 - Administração 122 - Administração Geral	02 - Poder Executivo 003 - Secretaria de Administração	MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	27.000,00	
2.011	04 - Administração 123 - Administração Financeira	02 - Poder Executivo 004 - Secretaria de Finanças	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	1.111.150,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA:		1050 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE
2.002	- Manutenção do Gabinete do Prefeito; - Promover encontros entre o Executivo Municipal e Conselhos Municipais, visando a participação dos mesmos nas ações administrativas; Realizar, manter e implementar atividades e ações referentes à formulação, coordenação, avaliação e divulgação das Políticas Públicas do Município, proporcionando informações aos órgãos da Administração Pública e a Comunidade; - Promover as atividades relacionadas à recepção de visitantes oficiais, bem como, eventos e cerimoniais, em atos administrativos que envolvam o Poder Executivo em sua relação com a comunidade; - Contribuir financeiramente com entidades municipalistas, de acordo com as exigências contidas na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias; - Desenvolver atividades de integração entre a comunidade e órgãos municipais.	
2.003	- Manutenção da Procuradoria Jurídica; - Suporte jurídico de natureza preventiva e assistencial aos processos e atos da Administração Pública em integração com as demais Secretarias; - Arcar com as demais despesas para cumprimento dos objetivos institucionais do órgão.	
2.004	- Assessorar o Prefeito nas suas relações com a Comunidade; - Informar e orientar a população sobre as ações desenvolvidas pela Administração Municipal; - Divulgar e realizar eventos e festejos comemorativos oficiais do Município; - Promover a divulgação de atos, programas, ações, obras, serviços e campanhas da Administração, na imprensa oficial e regional; Dar publicidade aos atos oficiais;	
2.005	- Promover as ações de recebimento, conferência, controle e distribuição de bens adquiridos por meio de processos licitatórios; - Efetuar a notificação de irregularidades ou desconformidades; - Arcar com as demais despesas para cumprimento dos objetivos institucionais do órgão.	
2.006	- Manter o Sistema de Controle Interno visando realizar as atividades concernentes ao mesmo, em conformidade com a: Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei de Responsabilidade de Fiscal; Lei Federal n. 4.320 e da Lei Orgânica do Município; - Verificar a regularidade programação orçamentária e financeira; - Promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.	
2.007	- Manutenção da Secretaria de Administração e seus Departamentos; Manter, aperfeiçoar, coordenar e assessorar as atividades administrativas do Município, implementando técnicas modernas e eficazes de administração pública, tornando os diversos setores mais ágeis e eficazes, objetivando o cumprimento da prestação dos serviços públicos de responsabilidade institucional do Município; - Informatizar os diversos setores, aprimorando os métodos de controle, gestão modernos e atualizados permanentemente, inclusive locar imóveis, equipamentos, sistemas e serviços de informática, microfilmagem e digitalização; Proporcionar a todos os órgãos da Administração Municipal, conservação, manutenção, segurança, suprimento de materiais, adm. da frota de veículos e do patrimônio; - Contratar serviços de consultoria, auditoria /ou assessoria; - Firmar acordos, convênios e contratos e ajustes com instituições públicas e privadas; Aperfeiçoar e treinar servidores de diversos setores da administração; - Suprir a necessidade de recursos humanos, através de concurso público ou teste seletivo e propiciar a capacitação dos mesmos; - Arcar com as demais despesas para cumprimento dos objetivos institucionais do órgão.	
2.008	- Manutenção das atividades de Expediente, Compras e Recursos Humanos; - Prover os serviços de expediente, publicação de atos oficiais; Realizar os atos de pessoal, folha de pagamento, controle de frequência e outros; - Realizar licitações para aquisição de materiais e contratação de obras e serviços; - Arcar com as demais despesas necessárias ao cumprimento das competências do órgão;	
2.009	- Manter convênio com Secretaria de Segurança Pública, Junta de Serviço Militar, INCRA, Delegacia Regional do Trabalho e outros órgãos da esfera Estadual ou Federal para consecução de objetivos comuns; - Arcar com despesas de outros entes da Federação nos termos da legislação.	

2.010	- Manter, ampliar e promover melhorias de próprios do Município, proporcionando melhores condições de trabalho na prestação dos serviços públicos.
2.011	- Manutenção da Secretaria de Finanças e seus Departamentos; - Coordenar, orientar e executar as atividades da área de finanças, orçamentária, contábil e tributária; - Proceder à cobrança amigável ou judicial da dívida ativa; - Manter o equilíbrio fiscal, atualizar planta genérica de valores; - Aperfeiçoar o sistema de fiscalização de tributos municipais, informatizando e agilizando os procedimentos; - Realizar campanhas educativas e programas para a melhoria da arrecadação; - Manter e modernizar a estrutura financeira do Município; - Contratar serviços de consultoria, auditoria /ou assessoria; - Arcar com as demais despesas para cumprimento dos objetivos institucionais do órgão.

PROGRAMA: 1100 – PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS, A CARGO DO TESOUREO MUNICIPAL.

AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
3.001	09 - Previdência Social 271 - Previdência Básica	02 - Poder Executivo 003 - Secretaria de Administração	PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	5 - Aposentados Atendidos 1 - Pessoas	5	116.500,00	116.500,00

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1100 – PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

3.001 - Manter e implementar os benefícios previdenciários e atividades relativas a aposentados e pensionistas.

PROGRAMA: 1150 - EDUCAÇÃO, SEMENTE DO FUTURO

PROMOVER EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE, COM A GARANTIA DE ACESSO, A PERMANÊNCIA E O SUCESSO DE TODAS AS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR, INCLUSIVE ÀQUELES QUE NÃO TIVERAM ACESSO EM IDADE PRÓPRIA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
2.012	12 - Educação 361 - Ensino Fundamental	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	253.000,00	7.070.050,00
2.013	12 - Educação 361 - Ensino Fundamental	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	2 - Alunos Atendidos 1 - Pessoas	1	1.453.000,00	
2.014	12 - Educação 361 - Ensino Fundamental	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	ENSINO FUNDAMENTAL - MANUTENÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	27 - Servidores Atendidos 1 - Pessoas	38	2.062.500,00	
2.015	12 - Educação 361 - Ensino Fundamental	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL DEODORO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	2 - Alunos Atendidos 1 - Pessoas	505	141.000,00	
2.016	12 - Educação 365 - Educação Infantil	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	EDUCAÇÃO INFANTIL - MANUTENÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	27 - Servidores Atendidos 1 - Pessoas	40	1.791.550,00	
2.017	12 - Educação 365 - Educação Infantil	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CEMEI GOTINHA DE MEL	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	2 - Alunos Atendidos 1 - Pessoas	145	456.500,00	
2.018	12 - Educação 365 - Educação Infantil	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CEMEI GOTINHA DE MEL	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	2 - Alunos Atendidos 1 - Pessoas	145	122.000,00	
2.019	12 - Educação 366 - Educação de Jovens e Adultos	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	2 - Alunos Atendidos 1 - Pessoas	5	4.000,00	
2.020	12 - Educação 367 - Educação Especial	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	99 - Outras Naturezas 99 - Outros Tipos de Execução de Ações	2 - Alunos Atendidos 1 - Pessoas	2	25.000,00	
2.021	12 - Educação 361 - Ensino Fundamental	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	2 - Alunos Atendidos 1 - Pessoas	200	336.500,00	
2.022	12 - Educação 364 - Ensino Superior	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	PROGRAMA DE INCENTIVO A FORMAÇÃO ACADÊMICA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	2 - Alunos Atendidos 1 - Pessoas	190	400.000,00	
2.023	12 - Educação 364 - Ensino Superior	02 - Poder Executivo 005 - Secretaria de Educação e Cultura	PROGRAMA DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	2 - Alunos Atendidos 1 - Pessoas	10	25.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1150 - EDUCAÇÃO, SEMENTE DO FUTURO

2.012	- Gerenciar, manter, equipar e modernizar as atividades da Secretaria de Educação e Cultura e suas atividades, ações e programas; - Propiciar cursos de capacitação de pessoal administrativo e docentes que atuam no Município; - Universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental e educação infantil garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola, em conformidade com o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação; - Cumprir com as metas de integralização do ensino, de acordo com o Plano Municipal de Educação; - Manter, reformar, ampliar e realizar melhorias na infraestrutura física da rede municipal de ensino; - Aquisição de equipamentos e material permanente; - Manter parceria com o Governo Federal na execução dos Programas Bolsa Escola e Dinheiro Direto na Escola - PDDE; - Contribuir financeiramente com entidades ligadas à Educação; - Manutenção e conservação a frota de veículos, incluindo ônibus; - Formalizar convênios com entidades públicas e privadas, fundações e organizações não governamentais que possibilitem a implantação de cursos profissionalizantes e superiores no Município; - Elaborar e custear projetos de pesquisa em grupos e individuais com visitas in loco; - Gerenciar, equipar, manter e implementar os programas e atividades do Ensino Fundamental; - Arcar com as demais despesas relacionadas ao objetivo institucional do órgão.
2.013	- Garantir a operacionalização da rede municipal de ensino, desenvolvendo ações que visem atender a demanda do ensino fundamental, através da oferta de vagas e da implementação de programas e projetos da área pedagógica; - Promover a participação de profissionais da rede municipal de ensino em cursos, palestras, seminários, congressos, e cursos de capacitação, dentro e fora do Município; - Manter, equipar, modernizar e efetuar melhorias na Biblioteca; - Ampliar o acervo da Biblioteca; - Desenvolver projetos e atividades de Educação Ambiental; - Aquisição de material didático pedagógico para os alunos da Educação básica; - Aquisição de móveis em geral, computadores, equipamentos e material permanente; - Manter, reformar, ampliar e realizar melhorias na infra-estrutura física da rede municipal de ensino;
2.014	- Remuneração dos professores e educadores infantís no efetivo exercício da profissão; - Aplicar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de acordo com o que determina a lei.
2.015	- Propiciar melhoria na qualidade de vida do aluno, através do fornecimento de merenda escolar para o pré-escolar e ensino fundamental; - Incentivar programas de apoio à merenda escolar e educação alimentar;
2.016	- Remuneração dos professores e educadores infantís no efetivo exercício da profissão; - Aplicar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de acordo com o que determina a lei.
2.017	- Desenvolver, manter e implementar as atividades e ações educacionais de responsabilidade do Município, abrangendo a Educação Infantil; - Oferecer às crianças em idade escolar o acesso ao aprendizado pedagógico da educação infantil; - Dotar a educação infantil de estrutura física, administrativa e recursos humanos para a implementação de suas atribuições; - Gerenciar, equipar, manter e implementar os programas e atividades da Pré-Escola; - Capacitar a criança de 00 a 03 anos para iniciar o processo pedagógico, proporcionando-lhe a oportunidade de participar de atividades que promovam o seu desenvolvimento social, físico e intelectual; - Desenvolver projetos e atividades de Educação Ambiental; - Manutenção e melhorias da brinquedoteca; - Aquisição de livros; - Universalizar o atendimento de toda a clientela do ensino fundamental e educação infantil garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola e centro de educação infantil, em conformidade com o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação; - Cumprir com as metas de integralização do ensino, de acordo com o Plano Municipal de Educação;

2.018	- Propiciar melhoria na qualidade de vida do aluno, através do fornecimento de merenda escolar à educação infantil; - Incentivar programas de apoio à merenda escolar e educação alimentar.
2.019	- Manter e implementar Educação de Jovens e Adultos.
2.020	- Manter e implementar os programas e atividades da Educação Especial;
2.021	- Manter o transporte escolar de estudantes;
2.022	- Manter as ações do Programa de Incentivo a Formação Acadêmica; Manter as ações do Programa de Crédito Educativo;
2.023	- Custear nos termos da legislação municipal, transporte para alunos que frequentam cursos de nível fundamental, médio, superior e técnico, em outros Municípios da região;

PROGRAMA: 1200 – CULTURA PRESERVANDO O PASSADO, DEIXANDO MARCAS PARA O FUTURO

PROMOVER AÇÕES VOLTADAS ÀS ATIVIDADES ARTÍSTICAS-CULTURAIS, PROPICIAR E ESTIMULAR A COMUNIDADE ATRAVÉS DE EVENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PATROCINADOS PELO MUNICÍPIO, CONSOLIDANDO DESSA FORMA SUA FORMAÇÃO COMO CIDADÃO.

AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
2.024	13 - Cultura 392 - Difusão Cultural	02 - Poder Executivo 006 - Departamento de Cultura	AÇÕES CULTURAIS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	702.000,00	1.333.500,00
2.025	13 - Cultura 392 - Difusão Cultural	02 - Poder Executivo 006 - Departamento de Cultura	MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO CENTRO CULTURAL	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	1	95.000,00	
2.026	13 - Cultura 392 - Difusão Cultural	02 - Poder Executivo 006 - Departamento de Cultura	ORGANIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	1	536.500,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1200 – CULTURA PRESERVANDO O PASSADO, DEIXANDO MARCAS PARA O FUTURO

2.024	- Equipar, manter e implementar as atividades, ações e programas do Departamento de Cultura do Município, com a manutenção dos espaços existentes e apoio a projetos culturais; - Incentivar a publicação de obras dos artistas do Município, gravar CD's e bandas; - Viabilizar o intercâmbio cultural com outros Municípios e Estados; - Proceder à divulgação de programas culturais em rádios, publicações em jornais e revistas; - Manter oficinas de música, violão, dança, canto e teclado, teatro, implementando a produção artística; - Manutenção e ampliação do acervo da Biblioteca Municipal; - Organizar as festividades de páscoa e natalinas; - Banda Municipal.
2.025	- Manutenção, melhorias e reformas do Centro Cultural; - Aquisição de equipamentos do Centro Cultural;
2.026	- Realização de festivais, concursos, espetáculos, peças teatrais e exposições artísticas e eventos culturais que desenvolvam e valorizem a cultura do Município; - Realizar em conjunto com os demais setores da Administração Municipal, as festividades constantes do calendário Oficial e de aniversário do Município; - Organizar as festividades alusivas as datas comemorativas do Município; - Organizar a Oktoberfest; - Organizar a festa do Cupim; - Organizar festividades de Natal;

PROGRAMA: 1250 – ESPORTE FAZ AMIGOS

PROPICIAR E ESTIMULAR A COMUNIDADE, A PRÁTICAS DE ATIVIDADES FÍSICAS, DE LAZER E DE ESPORTE, BUSCANDO O DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES DO SER HUMANO, VISANDO SEU DESENVOLVIMENTO INTEGRAL, BEM COMO, SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL.

AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
1.003	27 - Desporto e Lazer 812 - Desporto Comunitário	02 - Poder Executivo 007 - Secretaria de Esportes e Lazer	INFRAESTRUTURA ESPORTIVA	1 - Obras 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	250	324.000,00	1.172.000,00
2.027	27 - Desporto e Lazer 812 - Desporto Comunitário	02 - Poder Executivo 007 - Secretaria de Esportes e Lazer	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	670.000,00	
2.028	27 - Desporto e Lazer 812 - Desporto Comunitário	02 - Poder Executivo 007 - Secretaria de Esportes e Lazer	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO POLIESPORTIVO CRISTAL	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	400	113.000,00	
2.029	27 - Desporto e Lazer 812 - Desporto Comunitário	02 - Poder Executivo 007 - Secretaria de Esportes e Lazer	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GINÁSIO BRAGADINHO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	1.500	40.500,00	
2.030	27 - Desporto e Lazer 813 - Lazer	02 - Poder Executivo 007 - Secretaria de Esportes e Lazer	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LAZER E RECREAÇÃO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	1	24.500,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1250 – ESPORTE FAZ AMIGOS

1.003	- Reforma dos ginásios de esportes municipais; - Construir, ampliar e melhorar os pólos esportivos visando dotar de espaço físico adequado para a prática de esportes; - Prover e manter infraestrutura básica à comunidade, visando o bom funcionamento dos Centros Esportivos e de Lazer (associações), bem como quadras, ginásios, pistas e áreas destinadas à prática do esporte; - Construção de Academias ao ar livre; - Implantação de sistema de aquecimento da piscina do Centro Poliesportivo Cristal; - Construção Pista Skate; - Implantação de campo de society (recursos próprios e convênio);
2.027	- Executar, manter e implementar a Política Municipal de Esportes e Lazer, promovendo e viabilizando eventos, em parceria com Federações, Ligas, Associações Desportivas e outros órgãos responsáveis por atividades de esporte e lazer; - Apoiar o esporte amador através do direcionamento de contribuições e auxílios às entidades desportivas, de acordo com as exigências contidas na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias; - Reequipar a área esportiva com a aquisição de equipamentos esportivos, móveis em geral, computadores e outros bens duráveis; - Suprir as necessidades de materiais de consumo a fim de garantir a melhoria do esporte e lazer do município; - Teste seletivo; - Manter e implementar programas e eventos esportivos e de lazer; - Promover a universalização da prática desportiva formal e não formal, assegurando a participação de todos os segmentos nos programas desportivos, recreativos e de lazer e campeonatos municipais diversos; - Desenvolver em parceria com outras Secretarias, órgãos estaduais e iniciativa privada, projetos esportivos curriculares e extracurriculares, como educação suplementar para crianças e adolescentes, como forma de mantê-los no sistema formal de ensino e fazer retomar aqueles que se encontram fora da escola; - Desenvolver ações voltadas ao esporte em associações, indústrias, prestadores de serviços e comércio; - Promover a prática desportiva na terceira idade e incentivar o uso das academias ao ar livre;
2.028	- Promover a universalização da prática desportiva formal e não formal, assegurando a participação de todos os segmentos nos programas desportivos, recreativos e de lazer; - Manter a piscina do Município; - Atender os integrantes do Clube de Idosos; - Firmar parceria com o Colégio para disponibilização da piscina para as aulas de educação física; - Ofertar aulas de hidroginástica para Municípios; - Atender os portadores de necessidades especiais; - Atender a gestantes.
2.029	- Promover a universalização da prática desportiva formal e não formal, assegurando a participação de todos os segmentos nos programas desportivos, recreativos e de lazer;

2.030	- Proporcionar a oferta de atividades relacionadas ao lazer da coletividade através da promoção de eventos; - Promover a universalização da prática desportiva formal e não formal, assegurando a participação de todos os segmentos nos programas desportivos, recreativos e de lazer; - Promover atividades físicas e instalação de academia voltada para a melhoria da qualidade de vida da população em geral.
-------	--

PROGRAMA: 1300 – PLANEJAMENTO INTEGRADO

DESENVOLVER AÇÕES QUE VISEM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS E AS ATIVIDADES INERENTES A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, MELHORIA E CONSTRUÇÃO DE VIAS URBANAS, PRAÇAS, PARQUES E JARDINS.

AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
1.004	15 - Urbanismo 452 - Serviços Urbanos	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1 - Obras 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	500	153.000,00	4.116.100,00
1.005	15 - Urbanismo 451 - Infraestrutura urbana	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	OBRAS DE MELHORIAS NAS VIAS URBANAS	1 - Obras 1 - Execução Direta	21 - Pavimentação de Vias 2 - Metros Quadrados	14.000	549.500,00	
1.006	15 - Urbanismo 452 - Serviços Urbanos	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	3 - Aquisição de Bens Móveis e Equipamentos 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	1	275.000,00	
2.031	15 - Urbanismo 452 - Serviços Urbanos	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	1.215.500,00	
12.001	15 - Urbanismo 452 - Serviços Urbanos	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	1	1.126.600,00	
2.032	15 - Urbanismo 452 - Serviços Urbanos	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	MANUTENÇÃO E MELHORIAS DE PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E PORTO BRITÂNIA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	1	211.500,00	
2.033	15 - Urbanismo 452 - Serviços Urbanos	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras unidades e medidas	1	585.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1300 – PLANEJAMENTO INTEGRADO

1.004	- Ampliação e melhorias da rede de iluminação pública;
1.005	- Executar obras de infraestrutura na malha viária; - Construir galerias de águas pluviais; - Construção de meio-fio; - Atender às necessidades básicas da população com a construção, melhoria e manutenção de ruas e avenidas, pavimentação e recapeamento asfáltico, calçamentos, meios-fios, calçadas, sarjetas, canais, bocas-de-lobo, galerias pluviais, ciclovias em áreas urbanas, acessos a empreendimentos comerciais e industriais; - Executar obras de infraestrutura e acessibilidade.
1.006	- Aquisição de máquinas e equipamentos.
2.031	- Gerenciar, manter, equipar e modernizar as atividades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo e suas atividades, ações e programas; - Manter, reestruturar, regulamentar e readequar os cemitérios municipais; - Executar obras de sinalização urbana, inclusive através do Fundo Municipal de Trânsito; - Aquisição e manutenção de equipamentos, coletores de lixo, móveis em geral e outros bens duráveis; - Manter Programa de incentivo para construção de passeios em ruas e avenidas; - Manter o Programa de incentivo para a melhoria das calçadas; - Manutenção da Rodoviária; - Programa de doação de Projeto Padrão; - Promover a construção, reforma e melhoria das instalações da Secretaria e do Pátio de Máquinas;
12.001	- Promover na área urbana e no interior do Município, a coleta de lixo, sistema de coleta seletiva e usina de reciclagem e varrição de ruas e avenidas; - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.
2.032	- Obras de urbanização, manutenção e adaptação de praças, parques, avenidas e portal; - Replanejar, conservar, manter e equipar urbanisticamente praças, parques, jardins, entradas da cidade, bem como, serviços de poda de grama e arborização; - Adquirir equipamentos para o setor e equipar praças, parques e jardins com mobiliário urbano; - Melhorias no parque infantil da Praça Luiz Dalcanalle Filho; - Manter as estruturas edificadas no Porto Britânia; - Construção de rampa para carga e descarga de máquinas; - Construção de áreas de praças e áreas de lazer;
2.033	- Manter os serviços de iluminação pública; - Iluminação rebaidada nas avenidas;

PROGRAMA: 1350 – QUALIDADE E SEGURANÇA NO TRANSPORTE PARA TODOS

PROMOVER A ADEQUAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MELHORIA E PAVIMENTAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, GARANTINDO CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE ADEQUADAS.

AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
1.007	26 - Transporte 782 - Transporte Rodoviário	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	PAVIMENTAÇÃO, ADEQUAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS	1 - Obras 1 - Execução Direta	26 - Restauração de Estradas Vicinais 2 - Metros Quadrados	18.000	611.500,00	2.557.000,00
2.034	26 - Transporte 782 - Transporte Rodoviário	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	1.945.500,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1350 – QUALIDADE E SEGURANÇA NO TRANSPORTE PARA TODOS

1.007	- Executar pavimentação poliédrica em estradas vicinais; - Restaurar e cascalhar a malha rodoviária municipal; - Manter a infraestrutura rodoviária em condições de trafegabilidade; - Construir, conservar e reformar pontes e bueiros; - Restaurar, pavimentar e/ou cascalhar acessos a propriedades rurais; - Convênio ITAIPU; - Pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares; - Ciclovias em áreas rurais;
2.034	- Manutenção dos serviços rodoviários; - Manter e conservar a frota de veículos, máquinas e equipamentos da municipalidade; - Aquisição de equipamentos; - Construção, manutenção e melhorias de abrigos de passageiros; - arcar com demais despesas relacionadas.

PROGRAMA: 1400 – SANEAMENTO BÁSICO								
MELHORIA NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO PÚBLICO À POPULAÇÃO, MELHORANDO SUA QUALIDADE DE VIDA. PROMOVER AÇÕES E PROGRAMAS DE ACESSO À ÁGUA POTÁVEL PARA A POPULAÇÃO.								
AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
2.035	17 - Saneamento 512 - Saneamento Básico Urbano	02 - Poder Executivo 008 - Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	4.850	1.265.500,00	1.265.500,00

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1400 – SANEAMENTO BÁSICO	
2.035	Manutenção, melhorias e ampliação da rede de captação e abastecimento de água; - Perfuração de Poços Artesianos, na sede e no interior; - Melhorias nos pontos de captação; - Implementação de projeto de saneamento (rede de esgoto); - Aquisição e construção de reservatórios de água; - arcar com demais despesas relacionadas ao sistema de abastecimento de água e esgoto.

PROGRAMA: 1450 – SAÚDE HUMANIZADA								
REALIZAR AÇÕES QUE VISEM ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO, DE FORMA INTEGRALIZADA PRIORIZANDO OS ASPECTOS PREVENTIVOS, PROMOCIONAIS E CURATIVOS, ATRAVÉS DAS UNIDADES DE SAÚDE E DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS. DESENVOLVER AÇÕES E PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO DA SAÚDE DA MULHER. PROMOVER A EXECUÇÃO DE CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO NO COMBATE DA DENGUE, AIDS E DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS.								
AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
1.008	10 - Saúde 301 - Atenção Básica	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	INFRAESTRUTURA DE APOIO A SAÚDE PÚBLICA	1 - Obras 1 - Execução Direta	17 - Obra Construída/Ampliada 2 - Metros quadrados	100	40.000,00	7.438.650,00
1.009	10 - Saúde 301 - Atenção Básica	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	3 - Aquisição de Bens Móveis e Equipamentos 1 - Execução Direta	31 - Veículos 7 - Unidade	1	90.000,00	
1.010	10 - Saúde 301 - Atenção Básica	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	1 - Obras 1 - Execução Direta	17 - Obra Construída/Ampliada 2 - Metros quadrados	250	5.000,00	
2.036	10 - Saúde 301 - Atenção Básica	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	20 - Pacientes Atendidos 1 - Pessoas	30.000	2.060.500,00	
2.037	10 - Saúde 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR E LABORATORIAL	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	20 - Pacientes Atendidos 1 - Pessoas	30.000	2.367.000,00	
2.038	10 - Saúde 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISCOPAR	99 - Outras Naturezas 99 - Outros Tipos de Execução de Ações	20 - Pacientes Atendidos 1 - Pessoas	6.000	653.000,00	
2.039	10 - Saúde 303 - Suporte Profilático e Terapêutico	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	20 - Pacientes Atendidos 1 - Pessoas	18.000	703.500,00	
2.040	10 - Saúde 301 - Atenção Básica	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	20 - Pacientes Atendidos 1 - Pessoas	2.500	301.500,00	
2.041	10 - Saúde 303 - Suporte Profilático e Terapêutico	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERGESTORES - PARANÁ SAÚDE - MEDICAMENTOS	99 - Outras Naturezas 99 - Outros Tipos de Execução de Ações	999 - Outros Produtos 999 - Outras Unidades e Medidas	1	80.000,00	
2.042	10 - Saúde 301 - Atenção Básica	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA SAÚDE DA FAMÍLIA - UAPSF	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	20 - Pacientes Atendidos 1 - Pessoas	6.200	552.000,00	
2.043	10 - Saúde 304 - Vigilância Sanitária	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras Unidades e Medidas	1	171.550,00	
2.044	10 - Saúde 305 - Vigilância Epidemiológica	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras Unidades e Medidas	1	69.100,00	
2.045	10 - Saúde 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SAMU OESTE - CONSAMU	99 - Outras Naturezas 99 - Outros Tipos de Execução de Ações	999 - Outros Produtos 999 - Outras Unidades e Medidas	1	219.000,00	
2.046	10 - Saúde 301 - Atenção Básica	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	APOIO AS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras unidades e medidas	1	6.500,00	
2047	10 - Saúde 304 - Vigilância Sanitária	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	AÇÕES DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA VIGIASUS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras Unidades e Medidas	1	80.000,00	
2048	10 - Saúde 301 - Atenção Básica	02 - Poder Executivo 009 - Fundo Municipal de Saúde	MANUTENÇÃO - CAPS AD III - REGIONAL	99 - Outras Naturezas 99 - Outros Tipos de Execução de Ações	999 - Outros Produtos 999 - Outras Unidades e Medidas	1	40.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1450 – SAÚDE HUMANIZADA	
1.008	- Reformar, melhorar e adequar a estrutura física na área de saúde, inclusive com pintura;
1.009	- Aquisição de veículos, motocicletas, micro-ônibus e ambulâncias;
1.010	- Ampliação da Unidade Básica de Saúde (374,37M2);
2.036	- Executar, implementar e manter as ações e serviços públicos de saúde, objetivando preservar e recuperar a saúde da população do Município, em especial os programas integrantes do MS/SUS, suprindo as necessidades materiais e de pessoal, na área médica e odontológica, a fim de implementar as ações de saúde pública preventiva e curativa; - Manter e implementar o Fundo Municipal de Saúde; - Capacitação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos e a realização de cursos, palestras e outros eventos visando a capacitação e o aperfeiçoamento dos servidores da área de saúde, bem como a população; - Manter, modernizar e equipar os serviços de saúde com a aquisição equipamentos de informática e similares, equipamentos de saúde, móveis em geral e outros bens duráveis; - Manter e implementar programas na área de saúde pública em convênio com o Governo Federal e Estadual; - Realização de conferências, seminários, cursos, palestras e outros, abordando temas da área de saúde para esclarecimentos e orientação; - Implementar ações de controle de doenças transmissíveis, prevenção e assistência odontológica e materno-infantil à população; - Manutenção dos Programas: Caminhando pela Vida, Hipertensão, Saúde do Homem, Saúde da Mulher, Planejamento Familiar e Saúde da Família, Mais Médicos, dentre outros; - Promover campanhas educativas (prevenção DST, MH, TB e AIDS, mortalidade infantil e materna, prevenção do câncer de mama, câncer de próstata, sexualidade, planejamento familiar, combate ao mosquito da dengue, conscientização sobre gravidez na adolescência, vacinação, combate ao tabagismo, alcoolismo, incentivo ao leite materno; - Manutenção do sistema de informação e divulgação dos serviços de saúde, através da imprensa, campanhas educativas, reuniões, impressos, palestras e outros; - Desenvolver ações voltadas à população idosa e aos portadores de doenças crônicas.

2.037	- Prestar atendimento em plantões médicos, bem como efetuar procedimentos de baixa complexidade em ambulatórios; - Manutenção, ampliação e padronização da farmácia básica da unidade de saúde; - Manter Programa de distribuição sessões de fisioterapia, fonoaudiólogo, psicólogo e exames a municípios e integrantes de programas especiais; - Realizar convênios com entidades e clínicas prestadoras de serviço na área de saúde; - Médico Auditor;
2.038	- Contribuir financeiramente com o Consórcio Intermunicipal de Saúde/CISCOPAR objetivando atender os procedimentos médicos especializados;
2.039	- Realizar a distribuição de medicamentos; - Instituir planejamento para a assistência farmacêutica; - Realizar campanhas informativas sobre o uso racional de medicamentos; - Estruturar e consolidar a Assistência Farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos; - Garantir o fornecimento de produtos fitoterápicos aos pacientes em tratamento com a fitoterapia; - Aplicação dos recursos do Incentivo à organização da assistência farmacêutica - IOF; - despesas com diárias, cursos, material de consumo, treinamento e equipamentos e material permanente.
2.040	- Manutenção da Estratégia Saúde da Família - ESF, mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde; - Acompanhamento das famílias da comunidade; - Desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes e na manutenção da saúde; - Desenvolver o Programa Núcleo de Apoio ao Programa Saúde da Família - NASF; - Promover a prevenção de doenças por meio de informações e de orientações; - Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde - ACS;
2.041	- Contribuir financeiramente com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde; - Aquisição de medicamentos, insumos e bens necessários ao desenvolvimento de atividades ambulatoriais, hospitalares, de controle de doenças entre outras essenciais à população usuária do SUS .
2.042	- Manutenção e melhorias da Unidade de Atenção Primária Saúde da Família - UAPSF; - Promover atendimento especializado para as famílias; - Intensificar campanhas de prevenção ao câncer de mama e colo de útero; - Aquisição de equipamentos.
2.043	- Manutenção dos serviços de vigilância sanitária nas áreas de saneamento básico, alimentação e zoonoses; - Vigilância Sanitária - SIMPOA; - Realizar vistorias em todos os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços para liberação da licença sanitária e vistorias de rotina nos mesmos locais; - Realizar vistorias técnicas para anuência à instalação de indústrias, loteamentos e lançamento de efluentes; - Realizar busca e apreensão de produtos e coleta de amostra para análise fiscal; - Realizar palestras e orientações à população; - Acompanhar o controle da raiva canina;
2.044	- Manter e melhorar os serviços de saúde pública, de vigilância epidemiológica e ambiental em saúde no Município; Aprofundar as investigações de doenças de notificação obrigatória (doenças transmissíveis e que podem causar epidemia); - Realizar o controle dos óbitos e suas causas; - Realizar o controle dos nascimentos; - Realizar as vacinações de rotina e de campanha; - Controlar a qualidade das vacinas; - Manter campanha de erradicação do mosquito Aedes aegypti; e de vigilância epidemiológica, inclusive realização de campanhas de vacinação; - Implementar ações de controle de doenças transmissíveis, prevenção e assistência odontológica e materno-infantil à população; - Promover campanhas educativas (prevenção DST, MH, TB e AIDS, mortalidade infantil e materna, prevenção do câncer de mama, câncer de próstata, sexualidade; conscientização sobre gravidez na adolescência, vacinação, combate ao tabagismo, alcoolismo, incentivo ao leite materno; - Implantar ações da Saúde do Trabalhador;
2.045	- Contribuir financeiramente com o consórcio intermunicipal objetivando atender os casos de urgência e emergência;
2.046	- Apoiar e fomentar a participação do Conselho Municipal de Saúde no desenvolvimento de suas atribuições; - Auxiliar técnica e financeiramente ao Conselho Municipal de Saúde; - Estabelecer parcerias entre Conselhos Municipais de saúde e outras instâncias de controle social; - Estimular a participação da comunidade nas audiências públicas; - Estimular a participação da comunidade nas Conferências Municipais de Saúde.
2.047	- Realizar as ações do Programa VIGIA-SUS, em conformidade com a legislação vigente.
2.048	- Repasse de recursos para a manutenção e despesas do CAPS - AD III Regional - Toledo;

PROGRAMA: 1500 – SOCIAL CUIDANDO DE TODOS

PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL DOS USUÁRIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, GARANTINDO-LHES O ACESSO AOS BENS E SERVIÇOS SOCIAIS BÁSICOS, COM QUALIDADE, CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DE CONDIÇÕES DE VIDA, ESTABELECIDO-SE DIRETRIZES GERAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS E PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS, COM FOCO PRIORITÁRIO NA ATENÇÃO ÀS FAMÍLIAS.

ACÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA ACÇÃO	NATUREZA DA ACÇÃO / EXECUÇÃO DA ACÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA ACÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
1.011	08 - Assistência Social 244 - Assistência Comunitária 16 - Habitação	02 - Poder Executivo 010 - Secretaria de Assistência Social	INFRAESTRUTURA DA ÁREA SOCIAL	1 - Obras 1 - Execução Direta	17 - Obra Construída/Ampliada 2 - Metros Quadrados	100	34.000,00	
1.012	482 - Habitação Urbana	02 - Poder Executivo 015 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	1 - Obras 1 - Execução Direta	30 - Un. Habitacionais Produzidas/Adquiridas 7 - Unidade	20	12.000,00	
2.049	08 - Assistência Social 244 - Assistência Comunitária	02 - Poder Executivo 010 - Secretaria de Assistência Social	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	04 - Apoio Administrativo 999 - Outras Unidades e Medidas	1	699.500,00	
2.050	08 - Assistência Social 241 - Assistência ao Idoso	02 - Poder Executivo 011 - Fundo Municipal de Assistência Social	PROGRAMA DE APOIO A PESSOA DA TERCEIRA IDADE	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	14 - Idosos Atendidos 1 - Pessoas	650	59.000,00	
2.051	08 - Assistência Social 244 - Assistência Comunitária	02 - Poder Executivo 011 - Fundo Municipal de Assistência Social	PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	220	116.500,00	
2.052	08 - Assistência Social 244 - Assistência Comunitária	02 - Poder Executivo 011 - Fundo Municipal de Assistência Social	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	400	148.400,00	
2.053	08 - Assistência Social 244 - Assistência Comunitária	02 - Poder Executivo 011 - Fundo Municipal de Assistência Social	COFINANCIAMENTO POR RESULTADOS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	04 - Apoio Administrativo 999 - Outras Unidades e Medidas	1	26.000,00	
6.001	08 - Assistência Social 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	02 - Poder Executivo 012 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	AÇÕES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	40	29.500,00	
6.002	08 - Assistência Social 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	02 - Poder Executivo 012 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO	99 - Outras Naturezas 99 - Outros Tipos de Execução de Ações	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras Unidades e Medidas	2	44.000,00	2.019.400,00
6.003	08 - Assistência Social 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	02 - Poder Executivo 010 - Secretaria de Assistência Social	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras Unidades e Medidas	1	201.500,00	
6.004	08 - Assistência Social 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	02 - Poder Executivo 010 - Secretaria de Assistência Social	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO PIÁ	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	130	222.500,00	
6.005	08 - Assistência Social 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	02 - Poder Executivo 011 - Fundo Municipal de Assistência Social	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	180	126.500,00	
2.054	08 - Assistência Social 244 - Assistência Comunitária	02 - Poder Executivo 010 - Secretaria de Assistência Social	APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	04 - Apoio Administrativo 999 - Outras Unidades e Medidas	1	4.000,00	
6.006	08 - Assistência Social 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	02 - Poder Executivo 010 - Secretaria de Assistência Social	APOIO AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	04 - Apoio Administrativo 999 - Outras Unidades e Medidas	1	4.000,00	
2.055	08 - Assistência Social 244 - Assistência Comunitária	02 - Poder Executivo 011 - Fundo Municipal de Assistência Social	PISO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	380	75.000,00	

2.056	08 - Assistência Social 244 - Assistência Comunitária	02 - Poder Executivo 011 - Fundo Municipal de Assistência Social	MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	120	217.000,00	
-------	--	---	--	--	---------------------------------------	-----	------------	--

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA:		1500 – SOCIAL CUIDANDO DE TODOS							
1.011	- Construir, ampliar, reformar, adequar a estrutura física da assistência social;								
1.012	- Apoiar e firmar convênios objetivando a construção de moradias populares para a população de baixa renda, visando reduzir o déficit habitacional (Programa Minha Casa Minha Vida, casas rurais e outros); - Construção de Unidades Habitacionais e adquirir terrenos;								
2.049	- Gerenciar, manter e implementar as atividades, ações e programas voltados para a assistência à criança e ao adolescente, à velhice e assistência comunitária em geral, em conformidade com os Programas Municipais, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social e demais normas Estadual e Federal; - Coordenar a execução da Política de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; - Conceder subvenções sociais, contribuições e auxílios às entidades assistenciais e a entidades sem fins lucrativos, de acordo com as exigências contidas na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias; - Atender as pessoas portadoras de necessidades especiais, proporcionando a reinserção social dos mesmos através de atividades de recreação e reabilitação; - Proporcionar o desenvolvimento e o convívio comunitário através da realização de eventos nas diversas localidades da sede e interior do Município, fomentando as atividades das associações comunitárias, visando à integração com a comunidade; - Apoio aos clubes de mães através cursos, recreação e palestras, visando sua autonomia e independência administrativa; - Realizar conferências, programas, campanhas e eventos visando à promoção social; - Manter os recursos humanos dos programas sociais de responsabilidade do Município; - Capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, da área social, através de cursos, palestras e outros; - Realizar teste seletivo; - Manutenção do Programa Cultivando Alegria; - Promover distribuição de cestas com brinquedos e chocolate para as crianças em datas festivas; - Realizar gincanas, campanhas educativas, momentos de recreação, Dia do picolé, entre outras; - Desenvolver atividades e ações de valorização e melhoria da autoestima da mulher; - Manutenção das dependências do CRAS; - Aquisição e manutenção de equipamentos e material permanente;								
2.050	- Manter e implementar ações de atendimento ao idoso, proporcionando melhores condições de vida; - Desenvolver atividades de lazer, socialização e recreação; - Programa Rejuvenecer;								
2.051	- Manter e implementar programas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida da população, através de ações de reinserção social e enfrentamento à pobreza, nos termos da lei; - Oferecer benefícios e auxílios eventuais a pessoas de baixa renda (Auxílio natalidade, Auxílio Funeral e Alimentação básica), na forma da lei; - Resgatar a cidadania atendendo pessoas de baixa renda com a emissão de documentos pessoais; - Passagens e Hospedagens; - Calamidade pública e sinistros;								
2.052	- Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família; - Ofertar ações socioassistenciais de prestação continuada por meio do trabalho social com família em situação de vulnerabilidade social;								
2.053	- Aprimoramento da gestão da assistência social; - Promover a aferição da qualidade da gestão descentralizadas dos serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais; - Índice de Gestão Descentralizado do Programa Bolsa Família - IGD/PBF; - Índice de Gestão Descentralizado do SUAS - IGD/SUAS; - Aplicação mínima dos recursos do índice descentralizado com instância de controle social;								
6.001	- Desenvolver, apoiar, manter programas de apoio a criança e ao adolescente mediante ações educativas e preventivas junto às famílias e comunidade; - Programa de Nutrição Infantil de 03 a 06 anos (Leite/Pão); - Desenvolver programas de capacitação e qualificação para jovens e adolescentes, com vistas a inclusão no mercado de trabalho;								
6.002	- Manutenção dos serviços de acolhimento familiar e institucional para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social; - Programa Família Acolhedora.								
6.003	- Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar (despesas com aluguéis, energia, telefone, combustível, viagens, despesas com veículo, diárias, capacitações e outras despesas necessárias ao funcionamento do órgão);								
6.004	- Manter e implementar as ações do Projeto Piá; - Promover a manutenção e melhoria da infra estrutura do Projeto Piá; - Aquisição e manutenção de equipamentos e material permanente;								
6.005	- Manutenção de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescente e idosos; - Erradicação do Trabalho Infantil; - Apoiar programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens para futura inserção no mercado de trabalho (ODM 1 - Acabar com a miséria).								
2.054	- Prestar suporte das atividades do Conselho Municipal da Assistência Social; - Fomentar a Capacitação de Conselheiros; - Proporcionar recursos humanos, equipamentos e estrutura física adequados para o atendimento da Secretaria Executiva do Conselho; - Pagamento hotel, transporte, inscrição e alimentação em eventos e reuniões para Conselheiros Municipais; - arcar com despesas de palestrantes; - Pagamento de anuidades de fóruns, colegiados e órgãos afins; - Realizar as conferências municipais da assistência social;								
6.006	- Prestar suporte das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; - Realizar as Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA; - Fomentar a Capacitação de Conselheiros Municipais do CMDCA; - Proporcionar recursos humanos, equipamentos e estrutura física adequados para o atendimento da Secretaria Executiva do Conselho no que tange aos assuntos relacionados ao funcionamento do Conselho, apoio técnico, legislações pertinentes e Controle Social; - Pagamento de diárias, hotel, transporte, inscrição e alimentação em eventos e reuniões para Conselheiros Municipais do CMDCA; - arcar com despesas de palestrantes; - Pagamento de anuidades de fóruns, colegiados e órgãos afins;								
2.055	- Trabalho Social com famílias em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos; - Aquisição e manutenção de equipamentos e material permanente; - Pagamento de recursos humanos vinculados ao Programa;								
2.056	- Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos – PAEFI, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços a Comunidade (PSC), SIMASE – Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo; - Atender crianças e adolescentes em conflitos familiares, situação de risco pessoal e social, que necessitam de intervenção; - fornecer lanches para as atividades em grupos, além de reuniões de equipe técnica; dar manutenção ao Sistema de Registro de Atendimento; realizar contratação de pessoa física ou jurídica para ofertar oficinas, capacitações, palestras e/ou cursos complementares; executar outros serviços, programas ou projetos que venham a ser implementados pelo governo federal, estadual ou municipal na área de proteção especial de média complexidade; garantir a capacitação permanente e participação em eventos para os trabalhadores da proteção social especial de média complexidade; - Manutenção das instalações do CREA;								

PROGRAMA: 1550 – PRESERVAR HOJE PARA GARANTIR O FUTURO									
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL. EVITAR A CONTAMINAÇÃO DE RIOS E DO SOLO, EM VIRTUDE DO USO DE MÉTODOS QUÍMICOS, PARA CONTROLE DE PRAGAS E DOENÇAS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.									
AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA	
2.057	18 - Gestão Ambiental 541 - Preservação e Conservação Ambiental	02 - Poder Executivo 013 - Sec.Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	CULTIVANDO ÁGUA BOA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas 1 - Pessoas	60	188.000,00	188.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA:		1550 – PRESERVAR HOJE PARA GARANTIR O FUTURO							
2.057	- Proteger os mananciais, rios e riachos mantendo-os livres das fontes poluidoras, através do convênio Cultivando Água Boa e outras ações do Município em parceria com o Estado e a União; - Controle das formigas cortadeiras, nas áreas de proteção ambiental, através do Convênio Cultivando Água Boa; - Adequação de estradas, cascalhamento, revestimento poliédrico e construção de galerias pluviais; - Construção de cercas; - Aquisição de equipamentos; - Conservação de solos (terraceamento e voçorocas); - Implantar e manter abastecedouros comunitários; - Promover a limpeza de açudes; - Auxiliar na adequação das áreas de preservação permanente à nova legislação.								

PROGRAMA: 1600 – FORTALECIMENTO AGRÍCOLA: MELHORIA DA VIDA DO HOMEM DO CAMPO								
PROMOVER O ATENDIMENTO AO HOMEM DO CAMPO, ESTIMULANDO A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, VISANDO MAIOR AGREGAÇÃO DE VALOR E MELHORIA DE RENDA, GERAÇÃO DE EMPREGOS NO CAMPO, INDUSTRIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO, ABASTECIMENTO, CIRCULAÇÃO, SANEAMENTO, TREINAMENTO, BEM COMO, PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS OU FEDERAIS.								
ACÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA ACÇÃO	NATUREZA DA ACÇÃO / EXECUÇÃO DA ACÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA ACÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
1.013	20 - Agricultura	02 - Poder Executivo	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	3 - Aquisição de Bens Móveis e Equipamentos 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos	4	40.000,00	1.337.500,00
	606 - Extensão Rural	013 - Sec.Agricultura, Pec.e Meio Ambiente			999 - Outras Unidades e Medidas			
2.058	20 - Agricultura	02 - Poder Executivo	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo	1	495.500,00	
	606 - Extensão Rural	013 - Sec.Agricultura, Pec.e Meio Ambiente			999 - Outras Medidas e Unidades			
2.059	20 - Agricultura	02 - Poder Executivo	PROGRAMA DE APOIO E INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	23 - Pessoas Atendidas	230	802.000,00	
	606 - Extensão Rural	013 - Sec.Agricultura, Pec.e Meio Ambiente			1 - Pessoas			

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA:		1600 – FORTALECIMENTO AGRÍCOLA: MELHORIA DA VIDA DO HOMEM DO CAMPO						
1.013	- Adquirir máquinas, equipamentos, tratores e implementos agrícolas; - Manter e implementar o Programa Patrulha Rural;							
2.058	- Gerenciar, manter, equipar e modernizar as atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e suas atividades, ações e programas; - Apoiar a realização de exposições, feiras, seminários e encontros técnicos, unidades demonstrativas; - Coordenar trabalhos de adequação de estradas rurais; - Reequipar os serviços agrícolas com a aquisição de veículos, equipamentos, computadores, móveis em geral e outros bens duráveis; - Firmar convênio com instituições governamentais, não governamentais, União e Estado objetivando o repasse de bens e serviços e o desenvolvimento de ações para melhoria da produção, trafegabilidade de estradas, dentre outros; - Promover campanhas de conscientização sobre o manejo adequado de agrotóxicos e produtos biológicos; - Programa de incentivo ao cultivo florestal; - Aquisição de máquina para triturar galhos; - Conceder subvenções sociais, de acordo com as exigências da LDO; - Melhorias e reparos nas instalações da EMATER; - Reformar, manter, ampliar o espaço físico da Secretaria; - Fortalecer parcerias com a EMATER e ITAIPU; - Apoiar técnica e financeiramente o Conselho de Desenvolvimento Agropecuário;							
2.059	- Auxiliar os pequenos produtores em ações que possibilitem o aumento de renda na propriedade; - Difundir a prática de aumento de matéria orgânica do solo, melhorando a textura e estrutura, aumentando a produtividade; - Programa de incentivo a piscicultura, apicultura, avicultura (corte e postura), fruticultura e olericultura; - Recuperar e conservar o solo e incentivar a adubação verde, orgânica e química, trabalhar a bacia hidrográfica; - Apoiar e incentivar os produtores de orgânicos e demais grupos de pequenos produtores; - Auxiliar o produtor rural na construção, reformas e melhorias da propriedade; - Adquirir equipamentos e repassar em forma de comodato a grupos de agricultores; - Manter e implementar Programa de Inseminação Artificial; - Incentivar, manter e prestar assistência às atividades agropecuárias; - Incentivar e auxiliar na aquisição de equipamentos e materiais nas propriedades; - Construir, reformar e ampliar instalações para o desenvolvimento das atividades agropecuárias; - Dar apoio e incentivo aos pecuaristas de gado de leite e de corte, visando a melhoria do rebanho e aumento da produção, mediante assistência técnica, inseminação artificial, melhoria de alimentação e recuperação da pastagem; - Dar apoio e incentivo aos suínocultores, visando a melhoria do rebanho e aumento da produção, mediante assistência técnica, inseminação artificial, melhoria de alimentação; - Apoiar a construção de cisternas e captação de água; - Distribuição de esterco líquido; - Viabilizar a irrigação e fertilização; - Viabilizar junto ao Estado ou União a reforma de moradias rurais; - Reforma, ampliação e construção de estábulos e silos; - Fornecimento de calcário, cama de aviário, aveia, alevinos, etc.							

PROGRAMA: 1650 – DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE								
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO MUNICÍPIO, CONTRIBUINDO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA DOS SETORES DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. APOIAR A GERAÇÃO ALTERNATIVA DE RENDA, ATRAVÉS DA ESTRUTURAÇÃO DE COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES E APROVEITAMENTO DA PRODUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES E SUPORTE NA COMERCIALIZAÇÃO DO EXCEDENTE.								
ACÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA ACÇÃO	NATUREZA DA ACÇÃO / EXECUÇÃO DA ACÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA ACÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
1.014	23 - Comércio e Serviços	02 - Poder Executivo	AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS DO CENTRO DE EVENTOS	1 - Obras 1 - Execução Direta	17 - Obra Construída/Ampliada	500	332.000,00	1.161.500,00
	695 - Turismo	014 - Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Económico			2 - Metros Quadrados			
2.060	22 - Indústria	02 - Poder Executivo	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo	1	252.500,00	
	661 - Promoção Industrial	014 - Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Económico			999 - Outras Medidas e Unidades			
2.061	22 - Indústria	02 - Poder Executivo	PROGRAMA DE INCENTIVO À INDÚSTRIA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos	50	67.500,00	
	661 - Promoção Industrial	014 - Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Económico			999 - Outras Medidas e Unidades			
2.062	22 - Indústria	02 - Poder Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE PATO BRAGADO - FMD	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos	1	200.000,00	
	661 - Promoção Industrial	014 - Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Económico			999 - Outras Medidas e Unidades			
2.063	23 - Comércio e Serviços	02 - Poder Executivo	ATIVIDADES DE INCENTIVO AO COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos	50	75.500,00	
	691 - Promoção Comercial	014 - Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Económico			999 - Outras Medidas e Unidades			
2.064	23 - Comércio e Serviços	02 - Poder Executivo	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE EVENTOS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo	20	130.000,00	
	695 - Turismo	014 - Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Económico			999 - Outras Medidas e Unidades			
2.065	23 - Comércio e Serviços	02 - Poder Executivo	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO – CODEBRA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos	1	104.000,00	
	691 - Promoção Comercial	014 - Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Económico			999 - Outras Medidas e Unidades			

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA:		1650 – DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE						
1.014	- Ampliação, melhorias, conservação, manutenção e implementação das atividades desenvolvidas no Centro de Eventos;							
2.060	- Apoiar cursos profissionalizantes; - Manter as atividades da secretaria, com o pagamento de pessoal encargos e todo material necessário para o desenvolvimento das atividades; - Viabilizar recursos na esfera federal para implantar a exposição da indústria, comércio e prestação de serviços; - Implementar e manter a política de marketing das potencialidades econômicas do município, mostrando o potencial econômico, a qualidade de vida, a abundância de mão-de-obra e outros fatores que contribuam na decisão de novos investimentos; - Manter convênio e parcerias com o SEBRAE, SENAC, SESI, Banco do Empreendedor e outros; - Conceder subvenções sociais, de acordo com as exigências da LDO; - Manutenção da Sala do Empreendedor e Agência do Trabalhador; - Promover ações voltadas a agilização da abertura e funcionamento de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte;							
2.061	- Prestar assistência e colaboração na instalação de indústrias, buscando subsídios e demais recursos imprescindíveis às atividades industriais; - Conceder incentivo a indústrias localizadas no Município; - Conceder assessoria técnica, operacional e administrativa, aos setores de indústria, comércio, prestação de serviços e turismo; - Promover viagens com empresários para conhecer novas realidades; - Construção de Incubadora Industrial; - Promover a realização de cursos técnicos e profissionalizantes para a indústria;							
2.062	- Manter e implementar o Fundo Municipal de Desenvolvimento; - Concessão de empréstimos e financiamentos;							

2.063	- Conceder incentivo a empresas comerciais, turísticas ou prestadoras de serviços localizadas no Município; - Conceder assessoria técnica, operacional e administrativa, aos setores do comércio, prestação de serviços e turismo; - Fomentar, incentivar e promover a realização de viagens e encontros para feiras, eventos e visitas técnicas, com o objetivo de incentivar o comércio e a prestação de serviços; - Conceder incentivos para o comércio e prestadores de serviços, nos termos da Lei nº. 1237/2011;
2.064	- Manutenção e implementação das atividades desenvolvidas no Centro de Eventos;
2.065	- Manutenção das atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Pato Bragado - CODEBRA; - Arcar com as demais despesas previstas na legislação de criação do Conselho;

PROGRAMA: 1700 – TURISMO – A PORTA PARA O FUTURO

CONSOLIDAÇÃO DO SEGMENTO DO TURISMO NO MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO; INCREMENTO AO SETOR TURÍSTICO DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DO TURISMO RURAL, RELIGIOSO E ECOLÓGICO COM O CONSEQUENTE AUMENTO DA OFERTA DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS.

AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
2.066	23 - Comércio e Serviços 695 - Turismo	02 - Poder Executivo 014 - Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico	IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INCENTIVO E APOIO AO TURISMO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	4 - Apoio Administrativo 999 - Outras Medidas e Unidades	1	93.000,00	93.000,00

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1700 – TURISMO – A PORTA PARA O FUTURO

2.066 - Conceder incentivo ao setor turístico localizado no Município; - Conceder assessoria técnica, operacional e administrativa, ao setor do turismo; - Realizar palestras no setor do turismo; - Manutenção do Lago Municipal; - Fomentar o turismo com a elaboração de calendário com os eventos municipais, folders e panfletos dos eventos a serem realizados no município; Incentivar visitas técnicas e em eventos e feiras; - Contribuir financeiramente com entidades de apoio ao turismo.

PROGRAMA: 1750 – ENCARGOS ESSENCIAIS DO MUNICÍPIO

ATENDER DESPESAS QUE NÃO CONTRIBUEM PARA A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE GOVERNO, DAS QUAIS NÃO RESULTA UM PRODUTO, E NÃO GERAM CONTRAPRESTAÇÃO DIRETA BENS OU SERVIÇOS, TAIS COMO AMORTIZAÇÃO E JUROS DE DÍVIDAS COMO DÍVIDA FUNDADA INTERNA, PASEP, INSS E FGTS.

AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
3.002	28 - Encargos Especiais 843 - Serviço da Dívida Interna	02 - Poder Executivo 004 - Secretaria de Finanças	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras Medidas e Unidades	2	192.000,00	1.259.061,50
3.003	28 - Encargos Especiais 846 - Outros Encargos Especiais	02 - Poder Executivo 004 - Secretaria de Finanças	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	27 - Servidores Atendidos 1 - Pessoas	280	405.000,00	
3.004	28 - Encargos Especiais 846 - Outros Encargos Especiais	02 - Poder Executivo 004 - Secretaria de Finanças	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E CUSTAS JUDICIAIS	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras Medidas e Unidades	Global	662.061,50	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 1750 – ENCARGOS ESSENCIAIS DO MUNICÍPIO

3.002 - Proceder à amortização e encargos da Dívida Flutuante e Fundada, entre outros INSS e Precatórios Parcelados.

3.003 - Assegurar ao servidor público municipal o acesso aos benefícios do PASEP – Patrimônio do Servidor Público.

3.004 - Efetuar a devolução de impostos e taxas recolhidos indevidamente; - realizar a restituição de receitas à União e aos Estados quando necessário; - efetuar o pagamento de despesas de natureza indenizatória, requisições de pequeno valor e precatórios requisitórios; - arcar com despesas e custas processuais;

PROGRAMA: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

ATENDER PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS E COBERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS, EM CONFORMIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

AÇÃO	FUNÇÃO / SUB-FUNÇÃO	ÓRGÃO / UNIDADE	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	NATUREZA DA AÇÃO / EXECUÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA	VALOR DA AÇÃO	VALOR DO PROGRAMA
9.999	9999 - Reserva de Contingência 9999 - Reserva de Contingência	02 - Poder Executivo 004 - Secretaria de Finanças	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99 - Outras Naturezas 1 - Execução Direta	999 - Outros Produtos 999 - Outras Medidas e Unidades	R\$	190.000,00	190.000,00

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA: 9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.999 - Reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros eventos fiscais imprevistos; - Reserva de Contingência para cobertura de créditos adicionais.

RESUMO

CÓDIGO	PROGRAMA	R\$
1000	GESTÃO LEGISLATIVA	1.241.138,50
1050	ADMINISTRANDO COM RESPONSABILIDADE PARA UM FUTURO MELHOR	4.241.100,00
1100	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	116.500,00
1150	EDUCAÇÃO, SEMENTE DO FUTURO	7.070.050,00
1200	CULTURA PRESERVANDO O PASSADO, DEIXANDO MARCAS PARA O FUTURO	1.333.500,00
1250	ESPORTE FAZ AMIGOS	1.172.000,00
1300	PLANEJAMENTO INTEGRADO	4.116.100,00
1350	QUALIDADE E SEGURANÇA NO TRANSPORTE PARA TODOS	2.557.000,00
1400	SANEAMENTO BÁSICO	1.265.500,00
1450	SAÚDE HUMANIZADA	7.438.650,00
1500	SOCIAL CUIDANDO DE TODOS	2.019.400,00
1550	SABER PRESERVAR PARA NÃO FALTAR	188.000,00
1600	FORTALECIMENTO AGRÍCOLA: MELHORIA DA VIDA DO HOMEM DO CAMPO	1.337.500,00
1650	DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE	1.161.500,00
1700	TURISMO – A PORTA PARA O FUTURO	93.000,00
1750	ENCARGOS ESSENCIAIS DO MUNICÍPIO	1.259.061,50
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.000,00
TOTAL		36.800.000,00



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO
Estado do Paraná



ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Adendo "1"

Das Metas Anuais
(Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x 100)
Receita Total	36.800.000,00	35.215.311,00	0,010%	38.310.000,00	35.081.614,43	0,009%	40.040.000,00	35.086.916,03	0,009%
Receitas Primárias (I)	35.935.502,00	34.388.040,19	0,009%	37.555.504,00	34.390.699,85	0,009%	39.434.506,00	34.556.323,69	0,009%
Despesa Total	36.800.000,00	35.215.311,00	0,010%	38.310.000,00	35.081.614,43	0,009%	40.040.000,00	35.086.916,03	0,009%
Despesas Primárias (II)	36.406.000,00	34.838.277,51	0,010%	38.300.000,00	35.072.457,13	0,009%	40.030.000,00	35.078.153,06	0,009%
Resultado Primário (III) = (I – II)	-470.498,00	-450.237,32	0,000%	-744.496,00	-681.757,29	0,000%	-595.494,00	-521.829,37	0,000%
Resultado Nominal	-185.000,00	-177.033,49	0,000%	-1.000,00	-915,73	0,000%	-1.000,00	-876,30	0,000%
Dívida Pública Consolidada	-23.907,01	-22.877,52	0,000%	-24.907,01	-22.808,10	0,000%	-25.907,01	-22.702,22	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	-2.273.907,01	-2.175.987,57	-0,001%	-2.274.907,01	-2.083.200,49	-0,001%	-2.275.907,01	-1.994.369,58	-0,001%
Rec. Prim. PPP (IV)	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00	#DIV/0!
Desp. Primárias PPP (V)	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00	#DIV/0!
Imp. Saldo PPP (VI)=(IV-V)	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00	#DIV/0!	0,00	0,00	#DIV/0!

NOTAS:

a) O resultado primário, nominal, dívida consolidada e líquida de 2018, 2019 e 2020 foram projetados com base nos Demonstrativos IV, V e VI;

b) A receita e a despesa foram projetadas conforme metodologia de cálculo constantes nos Demonstrativos I, II e III;

c) Os valores constantes equivalem aos valores correntes expurgando a variação do poder aquisitivo da moeda e foram obtidos mediante a utilização da metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de Contabilidade Pública com base nos índices de inflação abaixo mencionados

CENÁRIO MACROECONÔMICO

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
PIB real (crescimento % anual)	2,40	2,40	2,40
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	8,75	8,75	8,75
Câmbio (R\$/US\$ – Final do Ano)	3,48	3,40	3,40
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50	4,50	4,50
Projeção do PIB do Estado – R\$	380.000.000.000,00	400.000.000.000,00	423.300.000.000,00

FONTES: IBGE/IPARDES - Banco Central do Brasil - Relatório Focus/Expectativa de Mercado/média - 10/03/2017

- A projeção do Dólar para efeito de previsão da arrecadação foi de R\$ 3,06 (2018), de sorte que foi desconsiderada a previsão do Banco Central.



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO
Estado do Paraná



ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Adendo "2"

Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Exercício Anterior
(Artigo 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em	%	Metas Realizadas em	%	Variação	
	2016 (a)	PIB	2016 (b)	PIB	Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	31.780.000,00	-	36.033.973,04	-	4.253.973,04	13,39
Receitas Primárias (I)	31.215.500,00	-	33.983.216,35	-	2.767.716,35	8,87
Despesa Total	31.780.000,00	-	32.193.674,26	-	413.674,26	1,30
Despesas Primárias (II)	31.498.000,00	-	31.987.531,14	-	489.531,14	1,55
Resultado Primário (III) = (I – II)	-282.500,00	-	1.995.685,21	-	2.278.185,21	-806,44
Resultado Nominal	-95.821,40	-	-2.210.290,62	-	-2.114.469,22	2.206,68
Dívida Pública Consolidada	231.266,08	-	246.062,99	-	14.796,91	6,40
Dívida Consolidada Líquida	-1.968.733,92	-	-13.792.640,90	-	-11.823.906,98	600,58

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$
Previsão do PIB Estadual para 2016	---
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2016	----

Fonte: IBGE/IPARDES - Contas Regionais do Brasil



ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Adendo "3"



Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
(Artigo 4º, § 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES								
	2015	2016	%	2017	2018	%	2019	2020	%
Receita Total	32.975.450,61	36.033.973,04	9,28%	35.560.000,00	36.800.000,00	3,49%	38.310.000,00	40.040.000,00	4,52%
Receitas Primárias (I)	31.448.321,42	33.983.216,35	8,06%	34.811.800,00	35.935.502,00	3,23%	37.555.504,00	39.434.506,00	5,00%
Despesa Total	28.578.754,78	32.193.674,26	12,65%	35.560.000,00	36.800.000,00	3,49%	38.310.000,00	40.040.000,00	4,52%
Despesas Primárias (II)	28.197.007,36	31.987.531,14	13,44%	35.361.000,00	36.406.000,00	2,96%	38.300.000,00	40.030.000,00	4,52%
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.251.314,06	1.995.685,21	-38,62%	-549.200,00	-470.498,00	-14,33%	-744.496,00	-595.494,00	-20,01%
Resultado Nominal	-11.582.350,28	-2.210.290,62	-80,92%	11.703.733,89	-185.000,00	-101,58%	-1.000,00	-1.000,00	0,00%
Dívida Pública Consolidada	423.362,40	246.062,99	-41,88%	111.092,99	-23.907,01	-121,52%	-24.907,01	-25.907,01	4,01%
Dívida Consolidada Líquida	-11.582.350,28	-13.792.640,90	19,08%	-2.088.907,01	-2.273.907,01	8,86%	-2.274.907,01	-2.275.907,01	0,04%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CONSTANTES								
	2015	2016	%	2017	2018	%	2019	2020	%
Receita Total	32.975.450,61	36.033.973,04	9,28%	33.866.666,67	35.215.311,00	3,98%	36.660.287,08	38.315.789,47	4,52%
Receitas Primárias (I)	31.448.321,42	33.983.216,35	8,06%	33.154.095,24	34.388.040,19	3,72%	35.938.281,34	37.736.369,38	5,00%
Despesa Total	28.578.754,78	32.193.674,26	12,65%	33.866.666,67	35.215.311,00	3,98%	36.660.287,08	38.315.789,47	4,52%
Despesas Primárias (II)	28.197.007,36	31.987.531,14	13,44%	33.677.142,86	34.838.277,51	3,45%	36.650.717,70	38.306.220,10	4,52%
Resultado Primário (III) = (I - II)	3.251.314,06	1.995.685,21	-38,62%	-523.047,62	-450.237,32	-13,92%	-712.436,36	-569.850,72	-20,01%
Resultado Nominal	-11.582.350,28	-2.210.290,62	-80,92%	11.146.413,23	-177.033,49	-101,59%	-956,94	-956,94	0,00%
Dívida Pública Consolidada	423.362,40	246.062,99	-41,88%	105.802,85	-22.877,52	-121,62%	-23.834,46	-24.791,40	4,01%

Dívida Consolidada Líquida	-11.582.350,28	-13.792.640,90	19,08%	-1.989.435,25	-2.175.987,57	9,38%	-2.176.944,51	-2.177.901,44	0,04%
----------------------------	----------------	----------------	--------	---------------	---------------	-------	---------------	---------------	-------

NOTA:

a) A posição dos saldos de 2015 e 2016 é de 31 de dezembro;

b) O resultado primário, nominal, dívida consolidada e líquida de 2018, 2019 e 2020 foram projetados com base nos Demonstrativos IV, V e VI;

c) Os valores constantes equivalem aos valores correntes abstraídos da variação do poder aquisitivo da moeda. Foram calculados expurgando os índices de inflação (Anexo II, Adendo 1);

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Adendo "4"

Evolução do Patrimônio Líquido
(Artigo 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2015	2016
Patrimônio/Capital	53.649.741,45	63.242.295,59	73.198.696,07
Reservas	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00
TOTAL	53.649.741,45	63.242.295,59	73.198.696,07

NOTA: O aumento do patrimônio líquido deve-se basicamente a incorporação de bens móveis e imóveis, e eventual superávit financeiro do exercício anterior.

Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com Alienação de Ativos
(Artigo 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000)

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2015 (b)	2016 (c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	253.208,00	1.266,10	36.038,59
Alienação de Bens Móveis	253.208,00	1.266,10	36.038,59
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS REALIZADAS	2014 (d)	2015 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	<u>5.487.478,59</u>	<u>5.333.123,85</u>	<u>0,00</u>
DESPESAS DE CAPITAL	5.487.478,59	5.333.123,85	0,00
Investimentos	5.366.657,19	5.113.220,17	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	120.821,40	219.903,68	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIME PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(g)= (ia-iid) + (iii)	(h)= (ib-iie) + (iiig)	(i)= (ic-iif) + (iiih)
VALOR (III)	-5.234.270,59	-10.566.128,34	-10.530.089,75

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Adendo "5"

Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

(Artigo 4º, § 2º, inciso IV, item a, da Lei Complementar nº 101/2000)

O Município de Pato Bragado deixa de apresentar as Demonstrações da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, por estar legalmente vinculado ao RGPS - Regime Geral de Previdência Social, por força da Lei Municipal nº 441, de 29 de junho de 2006.



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO

Estado do Paraná



ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Adendo "6"

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DA RENÚNCIA DE RECEITA

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000)

(Art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000)

1 - DA MARGEM PARA CONCESSÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA E DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER GERAL

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	RECEITA PREVISTA	RENÚNCIA DE RECEITA DE CARÁTER NÃO GERAL	BENEFÍCIOS FISCAIS DE CARÁTER GERAL	RECEITA CONSIDERADA
IPTU	230.000,00	0,00	31.500,00	198.500,00
TAXAS	524.500,00	0,00	10.450,00	514.050,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	15.000,00	0,00	2.000,00	13.000,00
COSIP	725.000,00	0,00	1.000,00	724.000,00
INCENTIVO AGROPECUÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.494.500,00	0,00	44.950,00	1.449.550,00

- Neste valor foram inclusas as restituições.

2 - DO DETALHAMENTO DA MARGEM DA RENÚNCIA DE RECEITA E DE BENEFÍCIOS DE CARÁTER GERAL

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/ PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	ATOS LEGAIS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
				2018	2019	2020	
IPTU	desconto	Contribuintes em Geral (Desconto para Pagamento a vista)	Art. 24, da Lei Complementar n°. 44/2009	19.000,00	20.000,00	21.000,00	Foi considerada na previsão da receita
IPTU	isenção	Contribuintes Idosos, Aposentados e Deficientes	Art. 27, da Lei Complementar n°. 44/2009	12.000,00	12.500,00	13.500,00	Foi considerada na previsão da receita
TAXA - ALVARÁ	remissão	Contribuintes carentes	Art. 271, da Lei Complementar n°. 44/2009	250,00	250,00	250,00	Foi considerada na previsão da receita
TAXA - PODER DE POLÍCIA	desconto	Contribuintes em Geral (Desconto para Pagamento a vista)	Art. 24, da Lei Complementar n°. 44/2009	7.500,00	7.500,00	7.500,00	Foi considerada na previsão da receita
TAXA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	desconto	Contribuintes em Geral (Desconto para Pagamento a vista)	Art. 113, da Lei Complementar n°. 44/2009	2.200,00	2.200,00	2.200,00	Foi considerada na previsão da receita
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	isenção Parcial	Templos e Associações	Art. 203, da Lei Complementar n°. 44/2009	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Foi considerada na previsão da receita
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	desconto	Contribuintes em Geral (Desconto para Pagamento a vista)	Art. 200, da Lei Complementar n°. 44/2009	500,00	500,00	500,00	Foi considerada na previsão da receita
COSIP	desconto	Contribuintes em Geral (Faixa de Consumo)	Art. 212, da Lei Complementar n°. 44/2009	500,00	1.100,00	500,00	Foi considerada na previsão da receita
TOTAL				42.950,00	45.050,00	46.450,00	-

- Neste valor não foram incluídas as restituições.

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS

Adendo "7"

MARGEM DE EXPANSÃO DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000 - LDO)

(Art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 - LOA)

A expansão das despesas de caráter continuado será nula, tendo em vista a inexistência de previsão de despesas a serem executadas em período superior a dois exercícios, por ocasião da elaboração da Previsão Orçamentária para 2018, bem como a necessidade de estabelecer rígido controle das despesas e a previsão de se atingir superávit primário, que possibilitem a estabilização da Dívida Pública.

Em caso de ocorrência de despesas de caráter continuado durante a execução orçamentária será demonstrada conforme exigências dos Artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, devendo:

- 1 – Estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário do exercício corrente e dos dois seguintes e das premissas e metodologia de cálculo utilizado;
- 2 – Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual, tenha compatibilidade com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício.



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO
Estado do Paraná



ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Receita

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais
(Artigo 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000)

10.00 RECEITAS CORRENTES						
11.00 RECEITAS TRIBUTÁRIAS						
11.10 IMPOSTOS						
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU						
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:						
Metodologia de Cálculo:						
Arrecadado				LÍQUIDO*		
2014	R\$	144.603,79		R\$	119.537,45	
2015	R\$	150.000,60	3,73%	R\$	124.255,55	3,95%
2016	R\$	174.750,97	16,50%	R\$	145.373,53	17,00%
Previsão				LÍQUIDO*		
2017	R\$	200.000,00	14,45%	R\$	170.000,00	16,94%
Estimativa				LÍQUIDO*		
2018	R\$	230.000,00	15,00%	R\$	198.500,00	16,76%
2019	R\$	254.000,00	10,43%	R\$	221.000,00	11,34%
2020	R\$	270.000,00	6,30%	R\$	235.000,00	18,39%
Diagnóstico: A arrecadação do IPTU é relacionada a correção do valor de referência, expansão do perímetro urbano do Município e construção de novos imóveis. Assim, para estimar a receita para o próximo ano, consideramos a correção do valor venal dos imóveis com base em índices inflacionários, aumento da fiscalização e revisão do cadastro dos imóveis (ampliações) e o aumento do número de contribuintes (novos lotes ou construções). Consideramos ainda, na projeção da receita os descontos e isenções previstas no CTM,						
* Estimativa da receita após os descontos e deduções previstas no CTM						
IMPOSTO DE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA - IR						
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:						
Metodologia de Cálculo:						
Arrecadado						
2014	R\$	293.378,60				
2015	R\$	353.584,05	20,52%			
2016	R\$	502.904,05	42,23%			
Previsão						
2017	R\$	419.000,00	-16,68%			
Estimativa						
2018	R\$	578.000,00	37,95%			
2019	R\$	625.000,00	8,13%			
2020	R\$	685.000,00	9,60%			
Diagnóstico: Esta receita está vinculada a retenção do imposto sobre valores pagos pelo Município aos servidores e fornecedores. Assim, para efeito de estimativa da arrecadação, temos que considerar os valores previstos com despesas de pessoal e aquisição de bens e serviços. Deve ser considerado ainda a correção da tabela do imposto de renda pela União.						
IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS - ITBI						
Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:						
Metodologia de Cálculo:						
Arrecadado						
2014	R\$	250.951,60				
2015	R\$	186.756,80	-25,58%			
2016	R\$	199.379,40	6,76%			
Previsão						
2017	R\$	155.000,00	-22,26%			
Estimativa						
2018	R\$	185.000,00	19,35%			
2019	R\$	190.000,00	2,70%			
2020	R\$	200.000,00	5,26%			
Diagnóstico: A arrecadação deste tributo é bastante irregular, haja vista que depende exclusivamente da realização de negócios jurídicos relativos a transmissão de bens imóveis. Assim, para efeito de estimativa de arrecadação tomamos como base os valores arrecadados em exercício anteriores, as projeções de crescimento da economia, valorização da produção agrícola, bem como o crescimento da renda.						
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS						

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado				LÍQUIDO*	
2014	R\$	305.006,90		R\$	305.006,90
2015	R\$	296.920,67	-2,65%	R\$	296.920,67
2016	R\$	381.014,71	28,32%	R\$	381.014,71
Previsão				LÍQUIDO*	
2017	R\$	360.000,00	-5,52%	R\$	359.500,00
2018	R\$	440.000,00	22,22%	R\$	439.500,00
2019	R\$	475.000,00	7,95%	R\$	474.500,00
2020	R\$	510.000,00	7,37%	R\$	509.500,00
					CRESCIMENTO
					CRESCIMENTO
					-5,65%
					22,25%
					7,96%
					15,93%

Diagnóstico: Esta fonte de receita apresentou grande aumento de arrecadação em 2016, superando todas as expectativas. O crescimento da arrecadação se deve possivelmente a regularização das empresas ante as facilidades propostas pela Administração Federal. Assim, prevemos a receita com crescimento baseado nos índices de inflação e crescimento da economia. Ainda foi considerada na previsão os efeitos da implantação da nota fiscal eletrônica que certamente causará um crescimento da arrecadação.

11.20 TAXAS

TAXA PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	81.135,35	
2015	R\$	87.334,33	7,64%
2016	R\$	111.105,25	27,22%
Previsão			
2017	R\$	106.000,00	-4,59%
Estimativa			
2018	R\$	131.500,00	24,06%
2019	R\$	143.000,00	8,75%
2020	R\$	155.000,00	8,39%

Diagnóstico: O montante da arrecadação desta receita, está intimamente ligado a manutenção e crescimento das atividades econômicas no Município, além é claro, dos índices que corrigem o Valor de Referência – VR, os quais são atrelados a inflação do ano anterior. Assim, considerando os índices de inflação e crescimento da economia, projetamos esta receita.

TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	272.024,97	
2015	R\$	297.062,77	9,20%
2016	R\$	336.297,73	13,21%
Previsão			
2017	R\$	337.000,00	0,21%
Estimativa			
2018	R\$	393.000,00	16,62%
2019	R\$	423.000,00	7,63%
2020	R\$	458.000,00	8,27%

Diagnóstico: O montante da arrecadação desta receita, está intimamente ligado a manutenção e crescimento dos imóveis atendidos pelos serviços prestados pelo Município, além é claro, dos índices que corrigem o Valor de Referência – VR, os quais são atrelados a inflação do ano anterior. Para os anos posteriores projeta-se a receita com base na inflação e aumento dos imóveis atendidos pela prestação de serviços públicos.

11.30 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	0,00	
2015	R\$	0,00	#DIV/0!
2016	R\$	0,00	#DIV/0!
Previsão			
2017	R\$	25.000,00	#DIV/0!
Estimativa			
2018	R\$	15.000,00	-40,00%
2019	R\$	15.000,00	0,00%
2020	R\$	15.000,00	0,00%

Diagnóstico: Todas as obras públicas que proporcionem valorização dos imóveis poderão ser passíveis de contribuição de melhoria. Assim, a previsão da receita é com base nas obras e previsão de investimentos que oportunizem a valorização imobiliária.

* Estimativa da receita após os descontos e deduções previstas no CTM

12.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES**CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	506.194,51	
2015	R\$	547.381,28	8,14%
2016	R\$	557.094,16	1,77%
Previsão			
2017	R\$	665.000,00	19,37%
Estimativa			
2018	R\$	725.000,00	9,02%
2019	R\$	765.000,00	5,52%
2020	R\$	805.000,00	5,23%

Diagnóstico: A evolução desta fonte de receita tem apresentado uma performance bastante positiva, vinculada ao aumento das ligações de energia elétrica e a correção da unidade de referência pelos índices inflacionários. Assim na projeção da receita será observada a média de crescimento dos anos anteriores, a correção do valor da unidade de referência e considerando ainda, os descontos previstos no CTM.

* Estimativa da receita após os descontos e deduções previstas no CTM

13.00 RECEITA PATRIMONIAL**RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	541.735,40	
2015	R\$	915.311,19	68,96%
2016	R\$	1.301.428,76	42,18%
Previsão			
2017	R\$	631.500,00	-51,48%
Estimativa			
2018	R\$	631.500,00	0,00%
2019	R\$	626.500,00	-0,79%
2020	R\$	477.500,00	-23,78%

Diagnóstico: Como se vê essa fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento, e ainda podendo sofrer alterações no Mercado dos Títulos Públicos Federais. Com base no princípio da prudência estimamos a receita prevendo a manutenção ou redução da disponibilidade financeira para investimento.

COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HIDRÍCOS ITAIPU

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			US\$	US\$
2014	R\$	10.114.911,68		
2015	R\$	13.582.318,12	34,28%	
2016	R\$	13.864.212,24	2,08%	
Previsão				
2017	R\$	14.000.000,00	0,98%	
Estimativa				
2018	R\$	13.750.000,00	-1,79%	
2019	R\$	13.750.000,00	0,00%	
2020	R\$	14.250.000,00	3,64%	

Diagnóstico: Essa fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento, tendo em vista que depende diretamente de dois fatores, ou seja, da cotação da moeda americana, e do aumento do consumo (venda) de energia elétrica. Assim, com base no princípio da prudência, projetamos esta receita prevendo pequena variação do consumo e cotação do dólar.

16.00 RECEITA DE SERVIÇOS**RECEITAS DE SERVIÇOS**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	836.788,77	
2015	R\$	957.884,66	14,47%
2016	R\$	985.357,44	2,87%
Previsão			
2017	R\$	1.090.000,00	10,62%
Estimativa			
2018	R\$	1.218.000,00	11,74%
2019	R\$	1.320.000,00	8,37%
2020	R\$	1.402.000,00	6,21%

Diagnóstico: Esta receita é projetada com base na utilização dos serviços públicos, em especial do abastecimento de água. Assim estamos projetando esta receita, com base no crescimento econômico e índices de inflação, bem como, nos descontos previstos na legislação.

17.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**17.20 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS****17.21 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO****COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	6.992.873,15	
2015	R\$	7.321.443,56	4,70%
2016	R\$	8.351.215,75	14,07%
Previsão			
2017	R\$	8.400.000,00	0,58%
Estimativa			
2018	R\$	9.250.000,00	10,12%
2019	R\$	10.050.000,00	8,65%
2020	R\$	10.500.000,00	4,48%

Diagnóstico: O Fundo de Participação dos Municípios é previsto no art. 159, inciso I, alínea "a" da Constituição Federal, sendo composto pelos impostos previstos no art. 153, incisos III e IV, da Constituição Federal (Imposto renda e proventos de qualquer natureza e Imposto sobre produtos industrializados, respectivamente).

A distribuição do FPM aos municípios é regulamentada pela Lei Complementar n.º 91, de 22/12/1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes do FPM e alteração da Lei Complementar n.º 106, de 23/03/2001, que dá nova redação ao § 2º do artigo 2º da LC 91/97, estabelecendo que a partir de 1º de janeiro de 2008, os municípios terão seus coeficientes individuais no FPM fixados em conformidade com o que dispõe o caput do artigo 1º, ou seja, fim da aplicação do redutor financeiro para distribuição automática aos demais participantes

Assim, para estimativa de receita foi considerado a previsão de crescimento populacional, inflação e crescimento econômico e o comportamento da receita nos exercícios anteriores.

COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	7.716,77	
2015	R\$	8.930,99	15,73%
2016	R\$	9.761,47	9,30%
Previsão			
2017	R\$	10.000,00	2,44%
Estimativa			
2018	R\$	12.000,00	20,00%
2019	R\$	12.500,00	4,17%
2020	R\$	13.500,00	8,00%

Diagnóstico: A participação na receita do ITR está prevista no art. 158, II, da Constituição Federal. Como esta receita tem apresentado uma performance bastante irregular, em sua estimativa consideramos a inflação do período e manutenção do nível de declaração do ITR, bem como o comportamento da receita nos exercícios anteriores.

COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% [EC 55] - COTA DEZEMBRO

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	310.171,39	
2015	R\$	321.008,72	3,49%
2016	R\$	369.220,11	15,02%
Previsão			
2017	R\$	390.000,00	5,63%
Estimativa			
2018	R\$	407.000,00	4,36%
2019	R\$	445.000,00	9,34%
2020	R\$	462.000,00	3,82%

Diagnóstico: Esta fonte de receita é resultado da Emenda Constitucional n.º 55, de 20 de setembro de 2007, que alterou o artigo 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios, elevando de vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento para vinte e três inteiros e cinco décimos por cento o Fundo de Participação dos municípios. Assim, na estimativa dessa receita consideramos os mesmo itens e previsão do repasse do FPM.

COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% [EC 55] - COTA JULHO

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	0,00	
2015	R\$	86.644,05	#DIV/0!
2016	R\$	247.085,57	185,17%
Previsão			
2017	R\$	390.000,00	57,84%
Estimativa			
2018	R\$	275.000,00	-29,49%
2019	R\$	300.000,00	9,09%
2020	R\$	310.000,00	3,33%

Diagnóstico: Esta fonte de receita é resultado da Emenda Constitucional n.º 84/2014, que alterou o artigo 159 da Constituição Federal, aumentando a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios, elevando de vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento para vinte e três inteiros e cinco décimos por cento o Fundo de Participação dos municípios. Assim, na estimativa dessa receita consideramos os mesmo itens e previsão do repasse do FPM.

TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	109.526,51	
2015	R\$	82.822,33	-24,38%
2016	R\$	93.418,42	12,79%
Previsão			
2017	R\$	134.000,00	43,44%
Estimativa			
2018	R\$	120.000,00	-10,45%
2019	R\$	120.000,00	0,00%
2020	R\$	120.000,00	0,00%

Diagnóstico: Esta receita consiste na compensação financeira pela exploração de recursos naturais, como recursos minerais, hídricos e do petróleo. Para sua estimativa considerou-se o crescimento econômico, inflações e comportamento da receita nos exercícios anteriores.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - REPASSE FUNDO A FUNDO

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	423.867,74	
2015	R\$	399.191,60	-5,82%
2016	R\$	469.541,04	17,62%
Previsão			
2017	R\$	487.000,00	3,72%
Estimativa			
2018	R\$	518.000,00	6,37%
2019	R\$	523.000,00	0,97%
2020	R\$	528.000,00	0,96%

Diagnóstico: O Fundo Nacional de Saúde (FNS) é o gestor financeiro, na esfera federal, dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Tem como missão "contribuir para o fortalecimento da cidadania, mediante a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde". Os recursos destinam-se a prover, nos termos do artigo 2.º da lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, as despesas do Ministério da Saúde, de seus órgãos e entidades da administração indireta, bem como as despesas de transferência para a cobertura de ações e serviços de saúde a serem executados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

A transferência Fundo a Fundo consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do FNS para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar, de acordo com as condições de gestão do beneficiário, estabelecidas na NOB 01/96 e NOAS 01/2001.

Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB fixo e PAB variável) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade

Para sua estimativa consideramos os repasse dos programas já implantados, expectativa de correção dos valores e ampliação dos programas.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	159.897,16	
2015	R\$	171.352,94	7,16%
2016	R\$	224.087,90	30,78%
Previsão			
2017	R\$	223.300,00	-0,35%
Estimativa			
2018	R\$	249.700,00	11,82%
2019	R\$	249.700,00	0,00%
2020	R\$	249.700,00	0,00%

Diagnóstico: Esta receita provém das transferências da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referente ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. Sua estimativa foi feita considerando os atuais repasses do FNAS, os programas implantados, as perspectivas de enquadramento em novos programas do Fundo, bem como, na correção dos valores repassados para cada programa.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	300.066,76	
2015	R\$	301.958,63	0,63%
2016	R\$	296.381,21	-1,85%
Previsão			
2017	R\$	362.000,00	22,14%
Estimativa			
2018	R\$	354.000,00	-2,21%
2019	R\$	367.000,00	3,67%
2020	R\$	380.000,00	3,54%

Diagnóstico: Esta receita provém das transferências da União recebidas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, referente ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE, compreendendo os repasses referentes ao salário-educação e demais programas FNDE. Sua estimativa foi baseada no número de alunos matriculados, atuais repasses, comportamento da receita nos exercícios anteriores, perspectivas de criação de novos programas e da correção dos valores dos repasses por programa.

TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO - L.C. Nº 87/96

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	36.333,48	
2015	R\$	36.606,84	0,75%
2016	R\$	39.468,36	7,82%
Previsão			
2017	R\$	39.000,00	-1,19%
Estimativa			
2018	R\$	41.000,00	5,13%
2019	R\$	44.000,00	7,32%
2020	R\$	46.000,00	4,55%

Diagnóstico: Transferência financeira referente a desoneração do ICMS tem sua base legal no art. 91 e seus parágrafos, Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, com suas alterações e na Lei Complementar 87/96, com suas alterações posteriores, com sua forma de rateio prevista no parágrafo único do artigo, do artigo 158, da Constituição Federal, de acordo, com o valor adicionado e critérios da legislação estadual.

Na projeção desta receita leva-se em conta a inflação e as exportações para o exterior, bem como o valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios, para fins de encontrar o índice de retorno do ICMS/Desoneração e o comportamento da arrecadação nos exercícios anteriores.

AUXÍLIO FINANCEIRO DE FOMENTO À EXPORTAÇÃO - FEX

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	19.459,69	
2015	R\$	19.996,40	2,76%
2016	R\$	43.176,33	115,92%
Previsão			
2017	R\$	21.000,00	-51,36%
Estimativa			
2018	R\$	30.000,00	42,86%
2019	R\$	32.000,00	6,67%
2020	R\$	35.000,00	9,38%

Diagnóstico: Esta receita é proveniente das transferências a título de auxílio financeiro de fomento à exportação – FEX. Podemos afirmar que a evolução desta receita tem apresentado um comportamento bastante irregular, desta forma a mesma será estimada considerando a inflação, crescimento econômico e das exportações, e o comportamento dos exercícios anteriores.

OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DESTINADAS À PROGRAMAS DE OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	138.044,84	
2015	R\$	0,00	100,00%
2016	R\$	0,00	#DIV/0!
Previsão			
2017	R\$	0,00	#DIV/0!
Estimativa			
2018	R\$	0,00	#DIV/0!
2019	R\$	0,00	#DIV/0!
2020	R\$	0,00	0,00%

Diagnóstico: A União em vista da redução do FPM promoveu nos anos de 2013 e 2014 algumas compensações aos municípios. Contudo, nos anos subsequentes não existe previsão de novos repasses, de modo que, não houve previsão dessa receita.

17.22 TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS**COTA-PARTE DO ICMS**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	4.264.112,34	
2015	R\$	4.680.173,45	9,76%
2016	R\$	5.210.842,77	11,34%
Previsão			
2017	R\$	6.193.000,00	18,85%
Estimativa			
2018	R\$	6.200.000,00	0,11%
2019	R\$	6.700.000,00	8,06%

| 2020

R\$ 7.200.000,00 7,46% |

Diagnóstico: A transferência da cota-parte do ICMS está prevista no art. 158, IV, da Constituição Federal e seu parágrafo único, pautada no valor adicionado sobre bens ou serviços no território municipal e disposições da lei estadual.

Para o cômputo desta receita considera-se a inflação, o crescimento econômico e o índice de valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas no território municipal. Como ainda não foram divulgados os índices do Estado, manteve-se a projeção do PPA.

COTA-PARTE DO IPVA

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	401.631,21	
2015	R\$	577.535,73	43,80%
2016	R\$	619.344,90	7,24%
Previsão			
2017	R\$	600.000,00	-3,12%
Estimativa			
2018	R\$	710.000,00	18,33%
2019	R\$	760.000,00	7,04%
2020	R\$	820.000,00	7,89%

Diagnóstico: A transferência da cota-parte do IPVA é prevista no art. 158, III, da Constituição Federal, o qual confere ao Município 50% (cinquenta por cento) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território. A arrecadação do IPVA no Paraná é regida pela Lei Estadual n. 8.216, de 31 de dezembro de 1985 e suas alterações posteriores.

A cota-parte deste imposto é estimada basicamente levando em conta a frota de veículos licenciados no Município e o valor venal dos veículos automotores.

Assim para estimativa dessa receita foram considerados o aumento da frota de veículos e a correção da tabela do IPVA.

COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	71.056,71	
2015	R\$	69.348,87	-2,40%
2016	R\$	71.352,45	2,89%
Previsão			
2017	R\$	78.000,00	9,32%
Estimativa			
2018	R\$	78.000,00	0,00%
2019	R\$	80.000,00	2,56%
2020	R\$	82.000,00	2,50%

Diagnóstico: A Constituição Federal, em seu art. 159, II, determina que 10% do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), arrecadados pela União, sejam transferidos aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

Do valor transferido pela União, 25% devem ser repassados/distribuídos pelos Estados e Distrito Federal aos seus respectivos municípios, observando o disposto no art. 158, parágrafo único, incisos I e II, valor adicionado e disposições legais, respectivamente.

Para a estimativa da receita considerou-se a perspectiva de crescimento econômico e das exportações e a inflação apurada.

COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	1.634,20	
2015	R\$	6.160,50	276,97%
2016	R\$	17.056,38	176,87%
Previsão			
2017	R\$	32.000,00	87,61%
Estimativa			
2018	R\$	32.000,00	0,00%
2019	R\$	32.000,00	0,00%
2020	R\$	32.000,00	0,00%

Diagnóstico: A Constituição Federal, em seus arts. 149 e 177, § 4º, previu a criação de contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, a qual foi instituída pela Lei n.º 10.336/01, efetivamente ocorreu a partir do exercício de 2004.

Os Municípios nos termos da Lei n.º 10.336/01 alterada pela Lei n. 10.866/04 tem direito a 25% (vinte e cinco por cento) do montante de recursos repassados aos Estados em virtude da cobrança da CIDE.

Para estimativa da receita consideramos seu comportamento nos anos anteriores e o aumento de repasses devido ao crescimento do consumo de combustíveis.

COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DO PETRÓLEO - LEI 7.990/89

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	1.552,50	
2015	R\$	996,30	-35,83%
2016	R\$	801,37	-19,57%
Previsão			
2017	R\$	1.000,00	100,00%
Estimativa			
2018	R\$	1.000,00	0,00%
2019	R\$	1.000,00	0,00%
2020	R\$	1.000,00	0,00%

Diagnóstico: Esta receita é proveniente das transferências da cota-parte royalties – compensação financeira pela produção do petróleo. Devido sua irregularidade estimamos a receita com base no comportamento dos exercícios anteriores, previsão da inflação e do crescimento econômico.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROGRAMAS DE SAÚDE - REPASSE FUNDO A FUNDO

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	34.246,90	
2015	R\$	183.975,21	437,20%
2016	R\$	112.081,32	-39,08%
Previsão			
2017	R\$	115.300,00	2,87%
Estimativa			
2018	R\$	117.000,00	1,47%
2019	R\$	117.000,00	0,00%
2020	R\$	117.000,00	0,00%

Diagnóstico: Esta receita é proveniente das transferências de recursos do Sistema Único de Saúde oriundo do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde (Ações Básicas de Vigilância Sanitária, Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, Programa de Assistência Farmacêutica Básica, Programa de Combate às Carências Nutricionais, Programa de Saúde da Família, Programa de Agentes Comunitários, Programa Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças e outros). Assim, a estimativa da receita pautou-se nos programas implantados e correção desses valores.

OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - LEI Nº 9615/98 - LEI PELÉ/PISO PARANAENSE/PETE

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	114.432,02	
2015	R\$	126.775,48	10,79%
2016	R\$	136.835,59	7,94%
Previsão			
2017	R\$	136.000,00	-0,61%
Estimativa			
2018	R\$	140.000,00	100,00%
2019	R\$	140.000,00	0,00%
2020	R\$	140.000,00	0,00%

Diagnóstico: Esta receita é relativa as transferências relativas à Lei 9615/98 (Lei Pelé) destinadas ao esporte e Piso Paranaense de Assistência Social. A projeção da receita foi feita com base nos repasses anteriores e perspectivas de repasses para o próximo ano.

17.24 TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS**TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB**

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	1.885.437,68	
2015	R\$	2.007.685,95	6,48%
2016	R\$	2.043.600,39	1,79%
Previsão			
2017	R\$	2.400.000,00	17,44%
Estimativa			
2018	R\$	2.450.000,00	2,08%
2019	R\$	2.600.000,00	6,12%
2020	R\$	2.800.000,00	7,69%

Diagnóstico: A transferência de recursos do FUNDEB é prevista na Constituição Federal, no art. 212 e no art. 60 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 53/06, regulamentado pela Lei n. 11.494/07. A distribuição dos recursos do FUNDEB é fundada na proporção do número de alunos matriculados na rede de educação básica pública presencial do Município, de acordo com a modalidade de ensino. Para a estimativa dessa receita, consideramos os índices de inflação, o crescimento econômico, a complementação da União e o número de alunos matriculados na rede municipal de ensino, distribuídos em suas diversas modalidades e a parcela de dedução para formação do FUNDEB.

17.23 TRANSFERÊNCIA DE MUNICÍPIOS

TRANSFERÊNCIA CONSAMU/CAPS AD III

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	0,00	
2015	R\$	0,00	#DIV/0!
2016	R\$	0,00	#DIV/0!
Previsão			
2017	R\$	126.000,00	#DIV/0!
Estimativa			
2018	R\$	140.000,00	11,11%
2019	R\$	140.000,00	0,00%
2020	R\$	140.000,00	0,00%

Diagnóstico: A transferência de recursos de Município refere-se a cota-parte do Município de Pato Bragado que o Governo Federal e Estadual depositam junto ao Fundo Municipal de Saude de Cascavel e Fundo Municipal da Saúde de Toledo, os quais são transferidos ao Fundo Municipal de Saúde de Pato Bragado e utilizados para arcar com as despesas do Consórcio CONSAMU e CAPS AD III. Para estimativa dessa receita utiliza-se a previsão de repasses do Governo Federal e Estadual.

17.60 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS

TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	241.991,88	
2015	R\$	60.655,86	-74,93%
2016	R\$	120.000,00	97,84%
Previsão			
2017	R\$	100.000,00	-16,67%
Estimativa			
2018	R\$	100.000,00	0,00%
2019	R\$	100.000,00	0,00%
2020	R\$	100.000,00	0,00%

Diagnóstico: Esta fonte de receita varia de acordo com os convênios firmados. Para o ano de 2015 são previstos apenas o convênio do transporte escolar e da ITAIPU.

19.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES

MULTAS E JUROS DE MORA

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	32.113,94	
2015	R\$	61.271,81	90,80%
2016	R\$	69.607,21	13,60%
Previsão			
2017	R\$	47.100,00	-32,33%
Estimativa			
2018	R\$	47.600,00	1,06%
2019	R\$	47.600,00	0,00%
2020	R\$	47.600,00	0,00%

Diagnóstico: Esta fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento. Com base no princípio da prudência, projetamos uma arrecadação levando em consideração apenas o estoque da dívida e previsão de pagamentos.

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	5.371,50	
2015	R\$	11.588,28	115,74%
2016	R\$	188.122,56	1523,39%
Previsão			
2017	R\$	41.200,00	-78,10%
Estimativa			
2018	R\$	27.000,00	-34,47%
2019	R\$	27.000,00	0,00%
2020	R\$	27.000,00	0,00%

Diagnóstico: Esta fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento, pautando-se apenas nas estimativas de ingressos das receitas classificadas nestes elementos.

RECEITA DA DÍVIDA ATIVA

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	69.488,00	
2015	R\$	109.404,53	57,44%
2016	R\$	170.956,83	56,26%
Previsão			
2017	R\$	76.550,00	-55,22%
Estimativa			
2018	R\$	82.250,00	7,45%
2019	R\$	82.250,00	0,00%
2020	R\$	82.250,00	0,00%

Diagnóstico: Esta fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento. Com base no princípio da prudência, projetamos uma arrecadação levando em consideração apenas o estoque da dívida e previsão de pagamentos.

RECEITAS DIVERSAS

Para estimar esta receita, consideramos os valores arrecadados nos últimos três exercícios e a previsão da receita para o exercício corrente, da seguinte forma:

Metodologia de Cálculo:

Arrecadado			
2014	R\$	20.000,00	
2015	R\$	55.000,00	175,00%
2016	R\$	52.424,00	-4,68%
Previsão			
2017	R\$	57.000,00	8,73%
Estimativa			
2018	R\$	85.600,00	50,18%
2019	R\$	95.800,00	11,92%
2020	R\$	126.200,00	31,73%

Diagnóstico: Esta fonte de receita é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar uma arrecadação baseada no seu comportamento. Com base no princípio da prudência, projetamos uma arrecadação com base na perspectivas de ingresso nesta fonte.

20.00 RECEITAS DE CAPITAL**OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Através de financiamentos obtidos junto ao Governo Federal e Estadual, bem como, Instituições Financeiras, nos termos de Lei que autoriza o Município a realizar Operações de Créditos Internas), e ainda projeção da capacidade de endividamento

Metodologia de Cálculo:

Estimativa		
2018	R\$	0,00
2019	R\$	0,00
2020	R\$	0,00

Diagnóstico: Para o ano 2015 não é prevista a realização de operação de crédito.

ALIENAÇÃO DE BENS			
A receita com alienação de bens é estimada de acordo com a perspectiva de alienação de bens móveis e imóveis do Município			
Metodologia de Cálculo:			
	Estimativa		
	2018	R\$	80.000,00
	2019	R\$	80.000,00
	2020	R\$	80.000,00
Diagnóstico: O valor desta receita refere-se a perspectiva de alienação de bens públicos para o exercício.			
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS			
A estimativa dessa fonte de receita em virtude da expectativa de aprovação de projetos junto a União:			
Metodologia de Cálculo:			
	Estimativa		
	2018	R\$	130.000,00
	2019	R\$	25.000,00
	2020	R\$	25.000,00
Diagnóstico: A estimativa dessa receita foi baseada nos contratos firmados, prevendo a amortização de empréstimos concedidos pelo Município.			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - UNIÃO			
A estimativa dessa fonte de receita em virtude da expectativa de aprovação de projetos junto a União:			
Metodologia de Cálculo:			
	Estimativa		
	2018	R\$	130.000,00
	2019	R\$	130.000,00
	2020	R\$	130.000,00
Diagnóstico: A previsão dessa receita é efetuada de acordo com os convênios assinados ou perspectivas de novos convênios a serem firmados.			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - ESTADO			
A estimativa dessa fonte de receita em virtude da expectativa de aprovação de projetos junto ao Estado:			
Metodologia de Cálculo:			
	Estimativa		
	2018	R\$	0,00
	2019	R\$	0,00
	2020	R\$	0,00
Diagnóstico: Não foram estimadas receitas nesta fonte de recursos.			
TOTAL GERAL DA RECEITA ESTIMADA.....R\$			40.104.150,00
DEDUÇÕES DA RECEITA			R\$
RENÚNCIA DE RECEITA			
IPTU			12.000,00
RENÚNCIA - TX. LIC.FUNC.EST.COM.IND.PREST.SERV.			250,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA			1.000,00
RESTITUIÇÕES			
RESTITUIÇÕES DO IPTU			500,00
RESTITUIÇÕES DO ITBI			500,00
RESTITUIÇÕES DO ISS			500,00
RESTITUIÇÕES DAS TAXAS EM GERAL - 1510			500,00
RESTITUIÇÕES DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - FONTE 000 - LIVRES			500,00
RESTITUIÇÕES DA COSIP - FONTE 507			500,00
DESCONTOS CONCEDIDOS			
DESCONTOS IPTU			19.000,00
DESCONTOS CONCEDIDOS TX. EM GERAL - TX. PODER POLICIA - FONTE 510			7.500,00
DESC. CONCEDIDOS TX. EM GERAL - TX. PREST. DE SERVIÇOS - FONTE 511			2.200,00
DESCONTOS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - FONTE 000 - LIVRES			500,00

DESCONTOS - COSIP - FONTE 507	500,00
TOTAL DA RENÚNCIA E DESCONTOS CONCEDIDOS.....	45.950,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - TRANSFERÊNCIAS	
DEDUÇÃO DE RECEITA DO FPM - FUNDEB E REDUTOR FINANCEIRO	1.850.000,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ITR	2.400,00
DEDUÇÃO DE REC. FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS - DESONERAÇÃO - LC N° 87/96	8.200,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - ICMS	1.240.000,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPVA	142.000,00
DEDUÇÃO DE RECEITA PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB - IPI - EXPORTAÇÃO	15.600,00
TOTAL DA DEDUÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	3.258.200,00
TOTAL GERAL DA RECEITA LÍQUIDA ESTIMADA	36.800.000,00



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO

Estado do Paraná



ANEXO II - DAS METAS FISCAIS Demonstrativo II - Receita

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			ESTIMADA	ESTIMADA	ESTIMADA	ESTIMADA	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
1000.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	28.987.757,94	34.075.082,50	37.369.926,64	38.272.650,00	39.764.150,00	41.652.350,00	43.586.750,00
1100.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.347.101,21	1.371.659,22	1.705.452,11	1.602.000,00	1.972.500,00	2.125.000,00	2.293.000,00
1110.00.00.00.00	IMPOSTOS	993.940,89	987.262,12	1.258.049,13	1.134.000,00	1.433.000,00	1.544.000,00	1.665.000,00
1112.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	688.933,99	690.341,45	877.034,42	774.000,00	993.000,00	1.069.000,00	1.155.000,00
1112.02.00.00.00	IPTU	144.603,79	150.000,60	174.750,97	200.000,00	230.000,00	254.000,00	270.000,00
1112.04.00.00.00	I.R.R.F	293.378,60	353.584,05	502.904,05	419.000,00	578.000,00	625.000,00	685.000,00
1112.04.31.03.01	IRRF - S/FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL CIVIL - LEGISLATIVO	10.237,95	12.564,59	19.548,11	12.000,00	24.000,00	26.000,00	29.000,00
1112.04.31.03.02	IRRF - S/FOLHA DE PAGAMENTO PESSOAL CIVIL - EXECUTIVO E ENTID.	249.577,84	324.209,45	428.801,14	385.000,00	500.000,00	545.000,00	600.000,00
1112.34.00.00.00	IRRF - SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	33.562,81	16.810,01	54.554,80	22.000,00	54.000,00	54.000,00	58.000,00
1112.08.00.00.00	I.T.B.I	250.951,60	186.756,80	199.379,40	155.000,00	185.000,00	190.000,00	200.000,00
1113.00.00.00.00	IMP. S/ A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	305.006,90	296.920,67	381.014,71	360.000,00	440.000,00	475.000,00	510.000,00
1120.00.00.00.00	TAXAS	353.160,32	384.397,10	447.402,98	443.000,00	524.500,00	566.000,00	613.000,00
1121.00.00.00.00	TAXAS P/ EXERCÍCIO PODER POLÍCIA - 510	81.135,35	87.334,33	111.105,25	106.000,00	131.500,00	143.000,00	155.000,00
1121.17.00.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO VIG. SANITÁRIA - FONTE 510	26.398,49	30.069,02	39.183,71	34.000,00	45.500,00	50.000,00	55.000,00
1121.25.00.00.00	T. LIC.FUNC.EST.COM.IND.PREST.SERV. - FONTE 510	52.018,61	53.953,34	65.079,15	63.000,00	76.000,00	83.000,00	90.000,00
1121.26.00.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL - FONTE 510	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1121.28.00.00.00	TAXA FUNC. ESTAB. HORARIO ESPECIAL - FONTE 510	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1121.29.00.00.00	TAXA DE LICENÇA P/ EXEC.DE OBRAS - FONTE 510	2.718,25	3.311,97	6.842,39	9.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1121.31.00.00.00	TAXA DE UTILIZ. ÁREA DOM. PÚBLICO - FONTE 510	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1121.32.00.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DE PROJ. CONST. - FONTE 510	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1122.00.00.00.00	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - FONTE 511	272.024,97	297.062,77	336.297,73	337.000,00	393.000,00	423.000,00	458.000,00
1122.12.00.00.00	EMOLUMENTOS E CUST. PROCESSUAIS ADMINISTR. - FONTE 511	8.754,16	12.425,71	9.923,27	12.000,00	13.000,00	13.000,00	13.000,00
1122.90.00.00.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA - FONTE 511	263.270,81	284.637,06	326.374,46	325.000,00	380.000,00	410.000,00	445.000,00
1122.99.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PREST. DE SERV.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1122.99.01.00.00	TAXA DE PAVIMENT. E CALÇAMENTO - FONTE 511	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1122.99.03.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PREST. DE SERV.- FONTE 511	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1130.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - FONTE 000 LIVRES	0,00	0,00	0,00	25.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
1130.04.00.00.00	CM PARA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS COMPL. - 000	0,00	0,00	0,00	25.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
1200.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	506.194,51	547.381,28	557.094,16	665.000,00	725.000,00	765.000,00	805.000,00
1210.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1230.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO CUSTEIO SERVIÇO ILUMIN. PÚBLICA	506.194,51	547.381,28	557.094,16	665.000,00	725.000,00	765.000,00	805.000,00
1230.00.01.00.00	IL.PL.COSIP-COB. FAT. ENERGIA ELET. - FONTE 507 - COSIP	471.843,94	512.583,48	513.911,41	630.000,00	690.000,00	730.000,00	770.000,00
1230.00.02.00.00	IL.PL.COSIP-COB. FAT. CARNE IPTU - FONTE 507 - COSIP	34.350,57	34.797,80	43.182,75	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
1300.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	10.656.647,08	14.497.629,31	15.165.641,00	14.460.200,00	14.381.500,00	14.376.500,00	14.727.500,00
1310.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
1311.00.00.00.00	ALUGUEIS - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
1320.00.00.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	541.735,40	915.311,19	1.301.428,76	453.200,00	624.500,00	619.500,00	470.500,00
1321.00.00.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1321.99.05.00.00	REND. APLIC. FIN. REC. OUTRAS FONTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1324.00.00.00.00	FUNDOS DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.00.00.00.00	REMUNERAÇÃO DEPOSITOS BANCÁRIOS	541.735,40	915.311,19	1.301.428,76	453.200,00	624.500,00	619.500,00	470.500,00
1325.01.00.00.00	DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	392.249,46	649.999,31	936.926,05	289.500,00	469.500,00	469.500,00	315.500,00
1325.01.01.00.00	REM. DEPOS. BANCÁRIOS DE REC. VINCULADOS	229.535,73	406.653,75	709.817,17	237.500,00	403.500,00	403.500,00	253.500,00
1325.01.01.01.00	DEPOS. B. REC. VINC. - OUTROS ROYALTIES E COMP. FIN. - FONTE 504	6.994,43	4.855,85	3.710,47	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00
1325.01.01.02.00	DEPOS. B. REC. VINC. - ROYALTIES - ITAIPU - FONTE 505	219.110,41	397.131,09	701.553,62	234.000,00	400.000,00	400.000,00	250.000,00
1325.01.01.03.00	DEPOS. B. REC. VINC. - ROYALTIES - ITAIPU - FONTE 505 - VINC. SAUDE	3.430,89	4.666,81	4.553,08	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.00.00	REM. DEPOS. B. REC. VINC. - F. DE SAUDE	66.771,91	87.375,46	109.679,23	21.000,00	30.000,00	30.000,00	26.000,00
1325.01.03.01.00	REM. DEP. B. REC. VINC. - F. DE SAUDE/SUS	32.699,10	46.101,53	55.751,99	6.000,00	10.000,00	10.000,00	6.000,00
1325.01.03.01.01	REM. DEP. BANC. SUS - ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO - FONTE 495	14.913,44	15.660,83	15.249,32	6.000,00	10.000,00	10.000,00	6.000,00
1325.01.03.01.02	REM. DEP. BANC. SUS - ATENÇÃO BAS. - PAB VARIÁVEL	0,00	15.282,71	27.849,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.01.03	REM. DEP. BANC. SUS - PCS	2.695,45	13,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1325.01.03.01.04	REM. DEP. BANC. SUS - VIG. EPIDEMIOLÓGICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.01.06	REM. DEP. BANC. SUS - SIS FRONTEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.01.08	REM. DEP. BANC. SUS - PREST. SERVIÇO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.01.09	REM. DEP. BANC. SUS/MAC/VISA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.01.10	REM. DEP. BANC. SUS/PR - INCENTIVO EST. PSF	0,00	0,00	18,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.01.11	REM. DEP. BANC. - PARC. CISCOPAR	1.105,23	2.546,59	5.432,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.01.12	REM. DEP. BANC. VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.198,53	393,13	462,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.01.13	REM. DEP. BANC. - SUS ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - 498	12.023,19	10.884,04	6.739,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.01.14	REM. DEP. BANC. - SUS ATENÇÃO BÁSICA ESTADUAL	763,26	1.320,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.02.00	REM. DEP. BANC. - RECURSOS TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - 510	7.206,93	5.321,82	6.375,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.03.00	REM. DEP. B. REC. VINC. - F. DE SAÚDE/OUT. ORIGENS	26.865,88	35.952,11	47.552,18	15.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
1325.01.03.03.01	REM. DEP. BANC. SAÚDE - 15% DOS IMPOSTO - FONTE 303	19.658,95	30.630,29	45.861,09	15.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
1325.01.03.03.03	REM. DEP. BANC. SAÚDE - ALIENAÇÃO DE ATIVOS - 304	7.206,93	5.321,82	38,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.03.03.04	REM. DEP. BANC. SAÚDE - PROG. REQUALIFICAÇÃO	0,00	0,00	1.652,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.05.00.00	REM. DEP. BANC. REC. VINC. - MAN. DES. ENSINO - MDE	25.374,56	38.231,60	21.263,03	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1325.01.05.02.00	REM. DEPOS. BANC. REC. VINC. - CONV. MDE	11.344,74	12.594,54	4.968,72	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
1325.01.05.02.01	REM. DEP. BANC. FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO - FONTE 107	7.213,43	11.311,66	4.968,72	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
1325.01.05.02.02	REM. DEP. BANC. MEC - PNAE-MERENDA ESCOLAR - FONTE 31110	2.494,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.05.02.03	REM. DEPOS. BANC. MEC - PNATE - FONTE 31116	664,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.05.02.05	REM. DEPOS. BANC. MEC - PNATE ESTADUAL - FONTE 31118	972,51	1.282,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.05.03.00	REM. DEPOS. BANC. REC. VINC. - MDE/OUT. VINC.	14.029,82	25.637,06	16.294,31	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
1325.01.05.03.01	REM. DEPOS. BANC. EDUCAÇÃO 5% - FONTE 103	8.473,96	8.444,96	6.081,19	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00
1325.01.05.03.02	REM. DEPOS. BANC. EDUCAÇÃO 25% - FONTE 104	3.873,93	9.478,92	3.761,20	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
1325.01.05.03.03	REM. DEPOS. BANC. - ALIENAÇÃO DE ATIVOS - FONTE 105	1.681,93	3.437,24	4.045,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.99.00	OUTROS RECURSOS VINCULADOS	0,00	4.275,94	2.406,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.09.00.00	REM. DEP. BANC. REC. VINC. - CIDE L. 10866/04 - FONTE 512	0,00	0,00	1.077,69	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1325.01.10.00.00	REM. DEP. BANC. REC. VINCULADOS - FNAS	7.955,21	5.507,88	9.650,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.01.00	REM. DEP. BANC. - PISO BÁSICO DE TRANSIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.02.00	REM. DEP. BANC. FNAS - IGF-BF - 31721	434,93	423,18	998,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.04.00	REM. DEP. BANC. - CONV. ARTE CIRCENSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.05.00	REM. DEP. BANC. - PROJOVEM ADOLESCENTE - 31738	546,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.06.00	REM. DEP. BANC. - FNAS PETI - 31751	1.970,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.07.00	REM. DEP. BANC. - FNAS - PBV II - 31750	10,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.08.00	REM. DEP. BANC. - PBF/PAIF - 31752	1.663,18	1.328,25	168,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.09.00	REM. DEP. BANC. - IGD/SUAS - 31716	286,05	354,94	201,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.10.00	REM. DEP. BANC. - FORTALECIMENTO	1.540,68	1.560,52	3.621,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.10.11.00	REM. DEP. BANC. - PISO PARANAENSE	1.502,11	1.840,99	4.661,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.53.00.00	REM. DEP. BANC. REC. VINCULADOS - FUNDEB	18.238,66	8.931,26	10.563,61	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
1325.01.53.01.00	REM. DEP. BANC. REC. VINCULADOS - FUNDEB 60% - FONTE 101	18.236,70	8.930,40	10.563,61	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
1325.01.53.02.00	REM. DEP. BANC. REC. VINCULADOS - FUNDEB 40% - FONTE 102	1,96	0,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.00.00	REM. OUTROS DEP. BANC. REC. VINCULADOS	44.373,39	103.299,36	74.874,94	5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1325.01.99.01.00	REM. DEPOSITO BANCÁRIO - COSIP - FONTE 507	19.878,95	24.131,90	19.173,94	5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1325.01.99.02.00	REM. DEPOSITO BANCÁRIO - ALIEN. ATIVOS - FONTE 501	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.03.00	REM. DEPOSITO BANCÁRIO - T. LIC.FUNC. EST.COM. IND.P. SERV. - FONTE 510	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.04.00	REM. DEPOSITO BANCÁRIO - TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA - FONTE 510	0,00	0,00	974,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.05.00	REM. DEPOSITO BANCÁRIO - TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FONTE 510	0,00	3.331,28	10.164,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.08.00	REM. DEPOSITO BANCÁRIO - ITAIPIU CULTIVANDO ÁGUA BOA - FONTE 31752	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.09.00	REM. DEP. BANC. CONV. ITAIPIU FORT. AGRIC. FAMILIAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.14.00	REM. DEP. BANC. CONV. ITAIPIU 7594/2004	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.17.00	REM. DEP. BANC. CONV. ITAIPIU 4500007307	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.20.00	CONTRATO REPASSE 0275643-74/2008 M. TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.21.00	CONTRATO REPASSE 0280844-02/2008 M. ESPORTE - PISCINA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.22.00	REND. DEP. BANC. COMPENSAÇÃO RPPS/RGPS - 1551	0,00	182,57	42,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.24.00	REM. DEP. BANC. - LEI Nº 9615/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.01.99.99.00	OUTROS RECURSOS VINCULADOS	24.494,44	75.653,61	44.518,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1325.02.00.00.00	REM. DEPOS. REC. NÃO VINCULADOS	149.485,94	265.311,88	364.502,71	163.700,00	155.000,00	150.000,00	155.000,00	155.000,00
1325.02.99.01.00	REM. OUTROS DEPOS. REC. NÃO VINC. FONTE 000 - LIVRES	149.485,94	265.311,88	364.502,71	163.700,00	155.000,00	150.000,00	155.000,00	155.000,00
1325.06.99.00.00	FUNDO DE APLICAÇÕES EM COTAS - REN. VAR.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1340.00.00.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	10.114.911,68	13.582.318,12	13.864.212,24	14.000.000,00	13.750.000,00	13.750.000,00	14.250.000,00	14.250.000,00
1340.01.00.00.00	UTIL.REC.HÍDR.-TRAT.ITAIPIU-PARC. VINC. - FONTE 505	10.114.911,68	13.582.318,12	13.864.212,24	14.000.000,00	13.750.000,00	13.750.000,00	14.250.000,00	14.250.000,00
1600.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	836.788,77	957.884,66	985.357,44	1.090.000,00	1.218.000,00	1.320.000,00	1.402.000,00	1.402.000,00
1600.01.00.00.00	SERVIÇOS COMERCIAIS	6.304,00	9.955,25	4.820,70	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
1600.01.99.01.00	VENDA DE HIDRÔMETROS - FONTE 000 - LIVRES	6.304,00	4.593,30	4.820,70	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1600.01.99.02.00	VENDA DE SUCATA - FONTE 000 - LIVRES	0,00	5.361,95	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1600.03.00.00.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	19.421,64	9.092,07	42.435,24	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
1600.03.01.00.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO	19.421,64	9.092,07	42.435,24	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
1600.05.00.00.00	SERVIÇOS DE SAÚDE	62.894,16	67.611,01	84.715,07	67.000,00	80.000,00	82.000,00	84.000,00	84.000,00
1600.05.99.01.00	OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE - PARCELA SUS - CISCOPAR - FONTE 369	62.894,16	67.611,01	84.715,07	67.000,00	80.000,00	82.000,00	84.000,00	84.000,00
1600.13.00.00.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	41.637,40	67,64	9.970,50	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
1600.13.01.00.00	SERV. INSCRIÇÃO CONCURSO PÚBLICOS - FONTE 000 - LIVRES	40.737,40	0,00	9.970,50	1.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1600.13.02.00.00	SERVIÇOS DE VENDA DE EDITAIS - FONTE 000 - LIVRES	900,00	67,64	0,00	5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

1600.13.04.00.00	SERVIÇOS DE EXPED. DE CERTIFICADOS - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1600.13.07.00.00	SERVIÇOS DE FOTOCOPIAS E/OU COPIAS - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1600.26.00.00.00	SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA - FONTE 000 - LIVRES	696.115,77	864.288,04	835.353,13	1.000.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00	1.280.000,00	
1600.41.00.00.00	SERVIÇOS DE CAP. ADUÇ. TRAT. R. D. ÁGUA - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
1600.43.00.00.00	SERV. COL. TRANS. TRAT. DEST. F. RES. SOL. - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1600.48.00.00.00	SERVIÇOS DE RELIGAMENTO DE ÁGUA - FONTE 000 - LIVRES	10.415,80	6.870,65	8.062,80	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	
1600.99.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1700.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.514.052,93	16.463.263,41	18.475.271,33	20.233.600,00	21.224.700,00	22.813.200,00	24.076.200,00	
1720.00.00.00.00	TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	15.272.061,05	16.402.607,55	18.355.271,33	20.133.600,00	21.124.700,00	22.713.200,00	23.976.200,00	
1721.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	8.497.957,49	8.749.956,06	10.143.356,16	10.456.300,00	11.256.700,00	12.143.200,00	12.644.200,00	
1721.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	7.310.761,31	7.738.027,32	8.977.282,90	9.190.000,00	9.944.000,00	10.807.500,00	11.285.500,00	
1721.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM - COTA MENSAL	6.992.873,15	7.321.443,56	8.351.215,75	8.400.000,00	9.250.000,00	10.050.000,00	10.500.000,00	
1721.01.03.00.00	COTA PARTE - FPM - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO	310.171,39	321.008,72	369.220,11	390.000,00	407.000,00	445.000,00	462.000,00	
1721.01.04.00.00	COTA PARTE - FPM - 1% - COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO	0,00	86.644,05	247.085,57	390.000,00	275.000,00	300.000,00	310.000,00	
1721.01.05.00.00	CT-PARTE DO IMP. S/ PROP. TER. RURAL	7.716,77	8.930,99	9.761,47	10.000,00	12.000,00	12.500,00	13.500,00	
1721.22.00.00.00	TRANSF. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	109.526,51	82.822,33	93.418,42	134.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	
1721.22.20.00.00	TRANSF. COMP. FIN. CFM - PROD. MIN. - FONTE 504	492,35	698,02	23.156,89	14.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
1721.22.70.00.00	COTA PARTE FUNDO ESP. DO PETRÓLEO - FONTE 504	109.034,16	82.124,31	70.261,53	120.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	
1721.33.00.00.00	TRANSF. DE REC. SIST. ÚNICO DE SAÚDE	423.867,74	399.191,60	469.541,04	487.000,00	518.000,00	523.000,00	528.000,00	
1721.33.10.00.00	ATENÇÃO BÁSICA	398.633,07	272.888,47	406.753,39	439.000,00	468.000,00	473.000,00	478.000,00	
1721.33.10.01.00	PAB FIXO - FONTE 495	126.838,87	117.712,87	147.455,39	135.000,00	160.000,00	165.000,00	170.000,00	
1721.33.10.02.00	PAB/SUS - PARTE VARIÁVEL	271.794,20	155.175,60	259.298,00	304.000,00	308.000,00	308.000,00	308.000,00	
1721.33.10.02.01	SAÚDE DA FAMÍLIA - FONTE 495	66.780,00	44.000,00	46.889,90	96.000,00	115.000,00	115.000,00	115.000,00	
1721.33.10.02.02	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - FONTE 495	110.447,17	26.364,00	0,00	120.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
1721.33.10.02.03	SAÚDE BUCAL - FONTE 495	20.070,00	0,00	0,00	30.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	
1721.33.10.02.04	COMP. ESPECIFICIDADES REGIONAIS - FONTE 495	9.997,03	6.675,60	0,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	
1721.33.10.02.05	SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE DAS FRONTEIRAS - FONTE 495	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.10.02.06	PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO DA QUALIDADE - PMAQ	64.500,00	13.800,00	22.500,00	40.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	
1721.33.10.02.07	FORTALEC. DE POL. AFETAS A ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACS - 5 %	0,00	1.216,80	2.889,90	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.10.02.08	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - 95%	0,00	23.119,20	52.018,20	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.10.02.09	INCENTIVO DE IMPLANTAÇÃO - NASF	0,00	24.000,00	132.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.10.02.10	TRANSFERÊNCIA DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	0,00	16.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.20.00.00	ATENÇÃO DE MAC - AMBULATORIAL E HOSPITALAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.20.01.01	ATENÇÃO MÉDIA ALTA COMPL. AMB. E HOSP.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.30.00.00	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	25.234,67	26.303,13	62.787,65	48.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
1721.33.30.01.00	COMP. DA VIGILÂNCIA EPID. E AMB. EM SAÚDE	25.234,67	26.303,13	30.395,65	33.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00	
1721.33.30.01.01	PAB/SUS - PR. NAC. V. SAN. EP. CON. DOEN. - FONTE 497	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.30.01.02	PISO FIXO - PVVPS - - FONTE 497	20.380,91	14.704,05	10.597,30	29.000,00	29.000,00	29.000,00	29.000,00	
1721.33.30.01.03	PISO VARIÁVEL DE VIGILÂNCIA E PROM. SAÚDE - PVVPS - FONTE 497	2.564,43	3.579,18	3.626,95	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
1721.33.30.01.04	PISO FIXO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PFVISA	987,80	8.019,90	11.171,40	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.30.01.05	PVVPS - INCENTIVO PROJ. VIGIL. PREV. VIOLÊNCIAS E ACIDENTES	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.30.01.06	INCENTIVOS PONTUAIS AÇÕES DE SERVIÇOS DE VIG. SAÚDE IPVVS	1.301,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.30.02.00	COMPONENTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	0,00	32.392,00	15.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	
1721.33.30.02.01	PAB/SUS - PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PFVISA - FONTE 497	0,00	0,00	0,00	15.000,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00	
1721.33.30.02.02	PAB/SUS - MAC-VISA - VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FONTE 497	0,00	0,00	13.486,20	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.30.02.03	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE 95%	0,00	0,00	17.486,20	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.30.02.04	FORTALEC. DE POL. AFETAS A ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACS - 5 %	0,00	0,00	709,80	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.30.02.05	INCENTIVO DE POL. AFETAS A ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA ACE 5%	0,00	0,00	709,80	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.40.00.00	ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.40.01.00	COMPONENTE BÁSICO DA ASSIST. FARMACÉUTICA	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.40.01.01	PARTE FINANCEIRA FIXA	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.40.01.02	PARTE FINANCEIRA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.99.00.00	OUTRAS TRANSF. UNIÃO - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.99.04.00	PROGRAMA SIS FRONTEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.33.99.05.00	PROGRAMA MÉDIA ALTA COMPLEX. VIG. SANIT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE REC. DO FNAS	159.897,16	171.352,94	224.087,90	223.300,00	249.700,00	249.700,00	249.700,00	
1721.34.10.00.00	BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (SUAS)	147.848,33	158.235,84	198.358,32	198.000,00	224.400,00	224.400,00	224.400,00	
1721.34.10.10.00	PISO BÁSICO FIXO (SUAS) - 31752 - PAIF - FONTE 934	60.000,00	60.000,00	78.000,00	108.000,00	104.400,00	104.400,00	104.400,00	
1721.34.10.20.00	PISO BÁSICO VARIÁVEL - FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - 764	87.848,33	98.235,84	120.358,32	90.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	
1721.34.20.00.00	BLOCO FINANCIAMENTO - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (SUAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.34.20.10.10	PISO FIXO MÉDIA COMPLEXIDADE (SUAS) PFM - FONTE 935	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.34.30.00.00	BLOCO DE COFINANCIAMENTO POR RESULTADOS (SUAS)	12.048,83	13.117,10	25.729,58	25.300,00	25.300,00	25.300,00	25.300,00	
1721.34.30.10.00	COMPONENTE - QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO (SUAS)	5.173,83	2.694,60	7.139,58	8.500,00	8.500,00	8.500,00	8.500,00	
1721.34.30.20.00	COMPONENTE - IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES SERVIÇOS (SUAS) - 31721- IGD- 936	6.875,00	10.422,50	18.590,00	16.800,00	16.800,00	16.800,00	16.800,00	
1721.34.99.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO SUAS - OUTROS PROGRAMAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.34.99.05.00	PBVII - FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - 31750 - FONTE 934	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.34.10.20.00	PISO BÁSICO VARIÁVEL (SUAS) - PBVI - PROJ. JOVEM 31738 - FONTE 934	25.125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.34.20.10.20	PISO VARIÁVEL MÉDIA COMPLEXIDADE (SUAS) - PETI - 935	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1721.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE REC. DO FNDE	300.066,76	301.958,63	296.381,21	362.000,00	354.000,00	367.000,00	380.000,00	

1721.35.01.00.00	TRANSF. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - FONTE 107	185.179,50	211.509,50	200.735,26	250.000,00	250.000,00	260.000,00	270.000,00
1721.35.03.00.00	TRAN.FNDE-P.NAC.MER.AL.ESC.- PNAE - FONTE 1006 / 31110	61.470,00	64.988,00	67.962,00	70.000,00	74.000,00	76.000,00	78.000,00
1721.35.04.00.00	TRANSF. DIR. FNDE - PNATE - FONTE 1006 / 31116	23.976,96	25.461,13	27.472,50	42.000,00	30.000,00	31.000,00	32.000,00
1721.35.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - EDUCAÇÃO	29.440,30	0,00	211,45	0,00	0,00	0,00	0,00
1721.36.00.00.00	TRANSF. FINANC.ICMS LC. 087/96	36.333,48	36.606,84	39.468,36	39.000,00	41.000,00	44.000,00	46.000,00
1721.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIAO	157.504,53	19.996,40	43.176,33	21.000,00	30.000,00	32.000,00	35.000,00
1721.99.03.00.00	TRANS.FEX- FUNDO DE EXPORTAÇÕES - FONTE 000 - LIVRES	19.459,69	19.996,40	43.176,33	21.000,00	30.000,00	32.000,00	35.000,00
1721.99.99.02.00	APOIO FINANCEIROS AOS MUNICIPIOS - FONTE 000 - LIVRES	138.044,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1722.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	4.888.665,88	5.644.965,54	6.168.314,78	7.151.300,00	7.278.000,00	7.830.000,00	8.392.000,00
1722.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA REC. DOS ESTADOS	4.738.434,46	5.333.218,55	5.918.596,50	6.899.000,00	7.020.000,00	7.572.000,00	8.134.000,00
1722.01.01.00.00	COTA-PARTE ICMS	4.264.112,34	4.680.173,45	5.210.842,77	6.193.000,00	6.200.000,00	6.700.000,00	7.200.000,00
1722.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	401.631,21	577.535,73	619.344,90	600.000,00	710.000,00	760.000,00	820.000,00
1722.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORT.	71.056,71	69.348,87	71.352,45	74.000,00	78.000,00	80.000,00	82.000,00
1722.01.13.00.00	COTA PARTE CONT.INTERV. DOM. ECON. - FONTE 512	1.634,20	6.160,50	17.056,38	32.000,00	32.000,00	32.000,00	32.000,00
1722.22.30.00.00	CT-PRT ROY.COMP.FIN.PR.PET.L 7.990/89 - FONTE 504	1.562,50	996,30	801,37	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1722.33.00.00.00	TRANS. INC.EST.R.FDO A FDO	34.246,90	183.975,21	112.081,32	115.300,00	117.000,00	117.000,00	117.000,00
1722.33.10.01.00	PROGRAMA SAUDE DA MULHER E DA CRIANÇA - FONTE 495	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1722.33.10.02.00	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA ESTADUAL - FONTE 1495	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
1722.33.10.03.00	TETO FINANCEIRO DE VIGILANCIA SAUDE-T - FONTE 1497	14.246,90	5.063,51	0,00	16.800,00	17.000,00	17.000,00	17.000,00
1722.33.10.04.00	AÇÃO PRIMÁRIA EM SAUDE - ESTADO - APSUS - BLOCO 1495	20.000,00	57.500,00	49.000,00	28.500,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
1722.33.10.07.00	TRANSF. PROGRAMA ESTADUAL CMS	0,00	0,00	6.265,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1722.33.10.08.00	TRANSF. PROG. INCENTIVO ORGANIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1722.33.30.01.00	TRANSFERÊNCIAS P/ AÇÕES DO VIGIASUAS-FAF	0,00	94.411,70	50.816,32	0,00	0,00	0,00	0,00
1722.33.30.02.00	TRANSFERÊNCIAS - PREVENÇÃO VIOLÊNCIA	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1722.33.30.05.00	TRANSFERÊNCIAS DO PROGRAMA VIGIASUAS	0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
1722.33.40.01.00	COMPONENTE BÁSICO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - IOAF	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1722.33.40.02.00	INCENTIVO ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - PROGRAMA FARM. PARANÁ	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1722.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	114.432,02	126.775,48	136.835,59	136.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00
1722.99.20.00.00	TRANSFERÊNCIAS LEI 9615/98 - FONTE 556	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1722.99.35.00.00	PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPIOS - PETE/PR	39.432,02	51.775,48	43.085,59	61.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00
1722.99.99.01.00	PISO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 765	75.000,00	75.000,00	93.750,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00

1724.00.00.00.00	TRANSF. MULTIGOVERNAMENTAIS	1.885.437,68	2.007.685,95	2.043.600,39	2.400.000,00	2.450.000,00	2.600.000,00	2.800.000,00
1724.01.00.00.00	TRAN.DO F. EST. DE M. D. E. F. V. N. - FUNDEB	1.885.437,68	2.007.685,95	2.043.600,39	2.400.000,00	2.450.000,00	2.600.000,00	2.800.000,00
1723.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	0,00	0,00	0,00	126.000,00	140.000,00	140.000,00	140.000,00
1723.99.20.03.00	COMPONENTE SAMU 192	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
1723.99.20.04.00	CAPS - AD III - REGIONAL	0,00	0,00	0,00	26.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
1760.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	241.991,88	60.655,86	120.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
1761.00.00.00.00	TRANSF. DE CONV. UNIÃO DE SUAS ENT.	130.791,88	60.655,86	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
1761.99.01.00.00	CONV. ITAIPU CULTIVANDO ÁGUA BOA CONV. FONTE 1006 / 31756	130.791,88	60.655,86	0,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
1761.99.02.00.00	CONV. ITAIPU 7307/2007	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1761.99.03.00.00	CONV. ITAIPU CISTERNAS NO INTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1761.99.04.00.00	CONV. MT/SETU-PR/N.261/2006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1761.99.06.00.00	CONT. REPASSE - MINISTÉRIO DAS CIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1761.99.07.00.00	CONVÊNIO ITAIPU - N. 4500007307	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1761.99.08.00.00	AUXILIO FINANCEIRO DA ITAIPU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1762.00.00.00.00	TRAN.CONV.DO EST.E D.F.F. SUAS ENT.	111.200,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1762.99.02.00.00	TRANSF. CONVÊNIO ESTADUAIS	111.200,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1900.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	126.973,44	237.264,62	481.110,60	221.850,00	242.450,00	252.650,00	283.050,00
1910.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	32.113,94	61.271,81	69.607,21	47.100,00	47.600,00	47.600,00	47.600,00
1911.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	3.358,27	3.146,03	3.087,70	4.600,00	5.100,00	5.100,00	5.100,00
1911.35.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - TX. VIG.SANIT. - FONTE 510	202,87	388,71	372,01	250,00	250,00	250,00	250,00
1911.38.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - IPTU	256,03	373,52	502,03	500,00	750,00	750,00	750,00
1911.39.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - ITBI	0,00	47,20	120,00	250,00	250,00	250,00	250,00
1911.40.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - ISS	1.890,87	760,36	567,33	1.750,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1911.98.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - CONT. MELHORIA - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	250,00	250,00
1911.99.05.00.00	MULTA E JUROS DE MORA DE TAXAS	1.008,50	1.576,24	1.526,33	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00
1911.99.05.01.00	MULTA E J.DE MORA - TX. PODER DE POLICIA - FONTE 510	366,42	675,58	550,77	600,00	600,00	600,00	600,00
1911.99.05.02.00	MULTA E JUROS DE MORA - TX. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - FONTE 511	642,08	900,66	975,56	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1912.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	85,87	109,77	151,36	0,00	0,00	0,00	0,00
1912.00.99.29.01	MULTAS E JUROS DE MORA DA COSIP - FATURA - FONTE 507	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1912.00.99.29.02	MULTAS E JUROS DE MORA DA COSIP - CARNÊ DO IPTU - FONTE 507	85,87	109,77	151,36	0,00	0,00	0,00	0,00
1913.00.00.00.00	MULTAS E JUROS MORA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	22.177,18	49.828,80	61.370,21	26.500,00	26.500,00	26.500,00	26.500,00
1913.11.00.00.00	MULTAS E JUROS MORA DIV. ATIVA - IPTU	3.453,52	5.858,62	11.050,98	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1913.13.00.00.00	MULTAS E JUROS MORA DIV. ATIVA - ISS	0,00	330,56	845,01	0,00	0,00	0,00	0,00
1913.35.00.00.00	MULTAS E J.M.DIV. ATIVA - TAXA FISC. E VIG. SANIT. - FONTE 510	865,53	2.036,42	4.918,82	500,00	500,00	500,00	500,00
1913.98.00.00.00	MULTAS E J.M.DIV. ATIVA - CONT. MELHORIA - FONTE 000 - LIVRES	5.802,63	21.817,45	4.610,67	12.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
1913.99.00.00.00	MULTAS E JUR. M. DIV. ATIVA OUTROS TRIBUTOS	12.055,48	19.785,75	39.944,73	4.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
1913.99.01.01.00	M.E. J. DE M. DID. AT. - TX. PODER DE POLICIA - EXERC. AO QUINTO - FONTE 510	2.082,78	4.608,55	10.195,23	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1913.99.02.01.00	M.E. J. DE M. DID. AT. - TX. PREST. SERVIÇO - EXERC. AO QUINTO - FONTE 511	9.972,70	15.177,20	29.749,50	3.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1914.00.00.00.00	MULTAS E JUROS MORA DIV. ATIV. CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1914.99.00.29.01	ENC.MORAT. COSIP COB. FATURA CONS. ENERGIA ELÉTRICA - FONTE 507	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1914.99.00.29.02	ENC.MORAT. COSIP COBRANÇA CARNE DO IPTU - FONTE 507	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1915.00.00.00.00	MULTAS E JUROS MORA DIV. ATIVA OUTRAS RECEITAS	180,74	95,68	0,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
1915.99.01.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DIV. ATIVA - SERV. COLETA LIXO - FONTE 000 - L	0,00	90,54	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1915.99.01.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA DIV. ATIVA - SERV. FORN. ÁGUA - FONTE 000 - L	180,74	5,14	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1915.99.01.03.00	MULTAS E JUROS DE MORA DIV. ATIVA - IMPUGNAÇÕES TCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1918.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA OUTRAS RECEITAS	3.345,50	4.016,66	0,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00
1918.99.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - SERV. COLETA LIXO - FONTE 000	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1918.99.03.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA - SERV. FORN. ÁGUA - FONTE 000	3.345,50	4.016,66	0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
1919.00.00.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	2.966,40	4.074,87	4.997,94	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1919.10.00.00.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SANITÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1919.15.00.00.00	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÁNSITO - FONTE 509	575,68	219,60	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1919.27.00.00.00	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO - FONTE 000 - LIVRES	218,72	65,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
1919.50.00.00.00	MULTAS POR AUTO DE INFRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1919.50.01.00.00	PENALIDADES ADMINISTRATIVAS - LEI Nº 8069/90 - ART. 214-ECA/FMDC	2.172,00	3.790,27	4.997,94	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1919.99.02.00.00	MULTA JUROS MORA - IMP. GLOSA DET. TCP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1919.99.03.00.00	MULTA JUROS MORA - OUTRAS ORIGENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1920.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.371,50	11.588,28	188.122,56	41.200,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00
1921.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	0,00	5.819,80	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
1921.06.00.00.00	INDENIZ. DANOS AO PATRIM. PÚBLICO - FONTE 514	0,00	5.819,80	0,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
1922.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.371,50	5.768,48	188.122,56	21.200,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
1922.01.00.00.00	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO - FONTE 000	880,00	146,53	2.781,99	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1922.07.00.00.00	RESTITUIÇÕES DE DESPESAS EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1922.10.01.00.00	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O RGPS E OS RPPS - FONTE 551	0,00	0,00	0,00	15.200,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
1922.99.01.00.00	IMPU. E GLOSAS DETERMINADAS PELO TCE - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1922.99.02.00.00	IMPU. E GLOSAS DETERMINADAS PELA ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1922.99.03.00.00	RESTITUIÇÕES POR PAGAMENTOS INDEVIDOS - FONTE 000 - LIVRES	4.491,50	5.512,00	380,11	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
1922.99.04.00.00	RESTITUIÇÃO DE AUXÍLIOS	0,00	109,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1922.99.99.00.00	RESTITUIÇÕES DIVERSAS	0,00	0,00	184.960,46	0,00	0,00	0,00	0,00

2471.99.99.08.00	CONT. REPASSE 0242496-95/2007- MTUR CAIXA/	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.09.00	CONV. ITAIPU 4500007307/2007 - Cultivando Água Boa - FONTE 31756	86.904,04	89.316,28	285.664,22	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
2471.99.99.13.00	PATRULHA AGRICOLA - FONTE 1006 / 745 - 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.14.00	CONV. MTUR-LAGO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.15.00	CONV. INFRAESTRUTURA URBANA - Calçadas Av. Continental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.16.00	CONVÊNIO CICLOVIA	9.501,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.17.00	CONV. MTUR-LAGO MUNICIPAL 2A ETAPA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.19.00	CONV. CAMINHÃO BASCULANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2471.99.99.99.00	OUTROS CONVÊNIOS	0,00	390.000,00	97.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2472.00.00.00.00	TRANS.CONV.DOS EST.DF. E SUAS ENT.	333.638,16	99.894,65	463.166,24	0,00	0,00	0,00	0,00
7000.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	7.987,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7900.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	7.987,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9101.00.00.00.00	RESTITUIÇÃO - CEDÊNCIA SERVIDOR CÂMARA DE VEREADORES	0,00	7.987,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9000.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	2.411.801,74	2.597.860,82	2.931.611,99	3.107.650,00	3.304.150,00	3.577.350,00	3.781.750,00
9100.00.00.00.00	RENÚNCIA	32.950,52	35.779,89	42.845,27	12.750,00	13.250,00	13.750,00	14.750,00
9101.00.00.00.00	RENÚNCIA DO IPTU	9.515,36	10.131,79	11.839,07	11.500,00	12.000,00	12.500,00	13.500,00
9104.01.01.00.00	RENÚNCIA - TX. LIC.FUNC. EST.COM.IND.PREST.SERV. - FONTE 510	23.435,16	25.648,10	30.847,63	250,00	250,00	250,00	250,00
9105.00.00.00.00	RENÚNCIA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
9106.00.00.00.00	RENÚNCIA DA COSIP - FONTE 507	0,00	0,00	158,57	0,00	0,00	0,00	0,00
9107.99.01.04.00	RENÚNCIA DE RECEITA DE SERVIÇOS NÃO INSCRITA EM DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9200.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
9201.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES DO IPTU	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00
9202.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES DO ITBI	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00
9203.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES DO ISS	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00
9204.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES DAS TAXAS EM GERAL - 1510	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00
9204.01.01.00.00	TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FONTE 510	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	100,00	100,00
9204.01.02.00.00	T. LIC.FUNC. EST.COM.IND.PREST.SERV. - FONTE 510	0,00	0,00	0,00	200,00	200,00	200,00	200,00
9204.01.03.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS FONTE 511	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	100,00	100,00
9204.01.04.00.00	LIMPEZA PUBLICA - FONTE 511	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00	100,00	100,00
9205.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00
9206.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES DA COSIP - FONTE 507	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00
9300.00.00.00.00	DESCONTOS CONCEDIDOS	24.107,19	23.273,72	28.369,83	28.700,00	29.700,00	31.300,00	31.700,00
9301.01.00.00.00	DESCONTOS IPTU	15.550,98	15.613,26	17.538,37	18.000,00	19.000,00	20.000,00	21.000,00
9304.00.00.00.00	DESCONTOS CONCEDIDOS TX EM GERAL - 1510	8.556,21	7.360,34	10.658,17	9.700,00	9.700,00	9.700,00	9.700,00
9304.01.01.00.00	DESCONTOS CONCEDIDOS TX. EM GERAL - TX. PODER POLICIA - FONTE 510	8.312,85	7.119,68	10.355,77	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00
9304.01.02.00.00	DESC. CONCEDIDOS TX. EM GERAL - TX. PREST. DE SERVIÇOS - FONTE 511	243,36	240,66	302,40	2.200,00	2.200,00	2.200,00	2.200,00
9305.01.00.00.00	DESCONTOS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - FONTE 000 - LIVRES	0,00	300,12	0,00	500,00	500,00	500,00	500,00
9306.01.00.00.00	DESCONTOS - COSIP - FONTE 507	0,00	0,00	173,29	500,00	500,00	1.100,00	500,00
9307.99.01.04.00	DESC. - SERV. COL., TRANSP., TRAT. DESTIN. RES. SÓLIDOS - FONTE 000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9307.99.02.00.00	DESCONTOS - AMORT. INCENTIVO AGROPECUÁRIO - FONTE 000 - LIVRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9700.00.00.00.00	DED. DE REC. P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB	2.354.744,03	2.538.807,21	2.860.396,89	3.063.200,00	3.258.200,00	3.529.300,00	3.732.300,00
9721.01.02.00.00	DED.DE R.P/FOR DO FUNDEB - FPM	1.398.574,32	1.464.288,38	1.670.242,88	1.680.000,00	1.850.000,00	2.010.000,00	2.100.000,00
	103 - 5%				1.680.000,00	1.850.000,00	2.010.000,00	2.100.000,00
9721.01.05.00.00	DED.DE R.P/FOR DO FUNDEB - ITR	1.543,30	1.786,14	1.952,54	2.000,00	2.400,00	2.500,00	2.700,00
	103 - 5%				300,00	360,00	375,00	405,00
9721.36.00.00.00	DED.DE R.P/FOR.FUNDEB-LEI 87/96	7.266,60	7.321,33	7.893,66	7.800,00	8.200,00	8.800,00	9.200,00
	103 - 5%				1.170,00	1.230,00	1.320,00	1.380,00
9722.01.01.00.00	DED.DE R.P/FORM. FUNDEB - ICMS	852.822,26	936.034,47	1.042.168,35	1.238.600,00	1.240.000,00	1.340.000,00	1.440.000,00
	103 - 5%				185.790,00	186.000,00	201.000,00	216.000,00
9722.01.02.00.00	DED.DE R.P/FORM. FUNDEB - IPVA	80.326,22	115.507,10	123.868,96	120.000,00	142.000,00	152.000,00	164.000,00
	103 - 5%				18.000,00	21.300,00	22.800,00	24.600,00
9722.01.04.00.00	DED.DE R.P/FOR. FUNDEB - IPI.EXP.	14.211,33	13.869,79	14.270,50	14.800,00	15.600,00	16.000,00	16.400,00
	103 - 5%				2.220,00	2.340,00	2.400,00	2.460,00
9900.00.00.00.00	OUTRAS DEDUÇÕES				0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL RECEITA BRUTA	30.847.779,89	35.573.311,43	38.965.585,03	38.667.650,00	40.104.150,00	41.887.350,00	43.821.750,00
	TOTAL GERAL RECEITA LIQUIDA	28.435.978,15	32.975.450,61	36.033.973,04	35.560.000,00	36.800.000,00	38.310.000,00	40.040.000,00
	RECEITA PREVISTA	25.735.000,00	25.735.000,00	25.735.000,00	35.560.000,00	36.800.000,00	38.310.000,00	40.040.000,00
	EXECUÇÃO EM PORCENTUAIS	110,50	128,13	140,02	100,00	100,00	100,00	100,00



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO

Estado do Paraná



ANEXO II - DAS METAS FISCAIS Demonstrativo III - Despesa

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais
(Artigo 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000)

R\$

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	EXECUTADA			PREVISTA			ESTIMADA				
	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020
DESPESAS CORRENTES	23.124.809,53	10,51%	25.554.184,86	28,18%	32.755.900,00	2,31%	33.511.000,00	6,34%	35.635.525,00	5,12%	37.460.222,50
Pessoal e Encargos Sociais	11.021.613,19	11,38%	12.275.588,03	27,84%	15.692.725,00	7,40%	16.853.500,00	6,23%	17.903.075,00	6,12%	18.998.825,00
Juros e Encargos da Dívida	41.022,34	-34,80%	26.744,55	113,13%	57.000,00	0,00%	57.000,00	-95,61%	2.500,00	0,00%	2.500,00
Outras Despesas Correntes	12.062.174,00	9,86%	13.251.852,28	28,33%	17.006.175,00	-2,39%	16.600.500,00	6,80%	17.729.950,00	4,11%	18.458.897,50
DESPESAS DE CAPITAL	5.453.945,25	21,74%	6.639.489,40	-60,61%	2.615.125,00	18,50%	3.099.000,00	-19,99%	2.479.475,00	-4,42%	2.370.000,00
Investimentos	5.113.220,17	26,34%	6.460.090,83	-61,72%	2.473.125,00	11,68%	2.762.000,00	-10,50%	2.471.975,00	-4,43%	2.362.500,00
Inversões Financeiras	120.821,40	100,00%	0,00	#DIV/0!	5.000,00	3900,00%	200.000,00	-97,50%	5.000,00	0,00%	5.000,00
Amortização da Dívida	219.903,68	-18,42%	179.398,57	-23,63%	137.000,00	0,00%	137.000,00	-98,18%	2.500,00	0,00%	2.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00%	0,00	100,00%	188.975,00	0,54%	190.000,00	2,63%	195.000,00	7,58%	209.777,50
TOTAL GERAL	28.578.754,78	12,65%	32.193.674,26	10,46%	35.560.000,00	3,49%	36.800.000,00	4,10%	38.310.000,00	4,52%	40.040.000,00

NOTAS:

- 1-) Pessoal e encargos sociais: O aumento das despesas neste grupo é decorrente do reajuste e recomposição salarial dos servidores, bem como do aperfeiçoamento e ampliação dos serviços fornecidos pelo Município.
- 2-) Juros e encargos da dívida: O pagamento de juros e encargos é decorrente da contratação de obrigações pelo Município, especialmente operações de crédito para aquisição de equipamentos e veículos ou construção de obras, que resultam em benefícios para a população. Ainda, cumpre ressaltar que os gastos neste grupo refletem a preocupação da Administração em honrar seus compromissos.
- 3-) Outras despesas correntes: O aumento das despesas neste grupo é decorrente da evolução dos gastos com o custeio da máquina pública, decorrente do aumento do número de serviços e facilidades conferidas a população.
- 4-) Investimentos e Inversões Financeiras: Os gastos nestes grupos representam obras, ampliações e melhorias na infraestrutura do Município, bem como, a aquisição de imóveis, máquinas, equipamentos e veículos.
- 5-) Amortização da Dívida: Corresponde ao pagamento do principal da dívida contratual. A amortização da dívida importa na redução da dívida pública, bem como, na redução do volume dos juros pagos.



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO
Estado do Paraná



ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Demonstrativo IV - Resultado Primário

Metas de Resultado Primário
(Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

R\$

<u>RECEITAS PRIMÁRIAS</u>	REALIZADO		ORÇADO	PREVISTO	ESTIMADO	
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	<u>30.561.910,49</u>	<u>33.136.885,89</u>	<u>34.711.800,00</u>	<u>35.835.500,00</u>	<u>37.455.500,00</u>	<u>39.334.500,00</u>
RECEITA TRIBUTÁRIA	<u>1.312.605,61</u>	<u>1.634.568,87</u>	<u>1.558.550,00</u>	<u>1.927.550,00</u>	<u>2.078.550,00</u>	<u>2.244.550,00</u>
IPTU	124.255,55	145.373,53	170.000,00	198.500,00	221.000,00	235.000,00
ISS	296.920,67	381.014,71	359.500,00	439.500,00	474.500,00	509.500,00
ITBI	186.756,80	199.379,40	154.500,00	184.500,00	189.500,00	199.500,00
IRRF	353.584,05	502.904,05	419.000,00	578.000,00	625.000,00	685.000,00
Outras Receitas Tributárias	351.088,54	405.897,18	455.550,00	527.050,00	568.550,00	615.550,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	<u>547.381,28</u>	<u>556.762,30</u>	<u>664.000,00</u>	<u>724.000,00</u>	<u>763.400,00</u>	<u>804.000,00</u>
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	547.381,28	556.762,30	664.000,00	724.000,00	763.400,00	804.000,00
RECEITA PATRIMONIAL LÍQUIDA	<u>13.582.318,12</u>	<u>13.864.212,24</u>	<u>14.007.000,00</u>	<u>13.757.000,00</u>	<u>13.757.000,00</u>	<u>14.257.000,00</u>
Receita Patrimonial	14.497.629,31	15.165.641,00	14.460.200,00	14.381.500,00	14.376.500,00	14.727.500,00
(-) Aplicações Financeiras	-915.311,19	-1.301.428,76	-453.200,00	-624.500,00	-619.500,00	-470.500,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	<u>13.924.456,20</u>	<u>15.614.874,44</u>	<u>17.170.400,00</u>	<u>17.966.500,00</u>	<u>19.283.900,00</u>	<u>20.343.900,00</u>
Cota-Parte do FPM	5.857.155,18	6.680.972,87	6.720.000,00	7.400.000,00	8.040.000,00	8.400.000,00
Cota-Parte do IPVA	462.028,63	495.475,94	480.000,00	568.000,00	608.000,00	656.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.744.138,98	4.168.674,42	4.954.400,00	4.960.000,00	5.360.000,00	5.760.000,00
Convênios	60.655,86	120.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Outras Transferências Correntes	3.800.477,55	4.149.751,21	4.916.000,00	4.938.500,00	5.175.900,00	5.427.900,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	<u>1.195.149,28</u>	<u>1.466.468,04</u>	<u>1.311.850,00</u>	<u>1.460.450,00</u>	<u>1.572.650,00</u>	<u>1.685.050,00</u>
Dívida Ativa	109.404,53	170.956,83	76.550,00	82.250,00	82.250,00	82.250,00
Diversas Receitas Correntes	1.085.744,75	1.295.511,21	1.235.300,00	1.378.200,00	1.490.400,00	1.602.800,00

RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.073.091,53	1.141.955,74	365.000,00	310.000,00	205.000,00	205.000,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	185.414,50	260.799,88	155.000,00	130.000,00	25.000,00	25.000,00
Alienação de Bens (V)	1.266,10	34.825,40	110.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
Transferências de Capital	<u>886.410,93</u>	<u>846.330,46</u>	<u>100.000,00</u>	<u>100.000,00</u>	<u>100.000,00</u>	<u>100.000,00</u>
Convênios	579.210,93	846.330,46	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Outras Transferências de Capital	307.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	886.410,93	846.330,46	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII)= (I+ VI)	31.448.321,42	33.983.216,35	34.811.800,00	35.935.500,00	37.555.500,00	39.434.500,00
<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	REALIZADO		ORÇADO	PREVISTO	ESTIMADO	
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
DESPESAS CORRENTES(VIII)	23.124.809,53	25.554.184,86	32.755.900,00	33.511.000,00	35.635.525,00	37.460.222,50
Pessoal e Encargos Sociais	11.021.613,19	12.275.588,03	15.692.725,00	16.853.500,00	17.903.075,00	18.998.825,00
Juros e Encargos da Dívida(IX)	41.022,34	26.744,55	57.000,00	57.000,00	2.500,00	2.500,00
Outras Despesas Correntes	12.062.174,00	13.251.852,28	17.006.175,00	16.600.500,00	17.729.950,00	18.458.897,50
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	23.083.787,19	25.527.440,31	32.698.900,00	33.454.000,00	35.633.025,00	37.457.722,50
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	5.453.945,25	6.639.489,40	2.615.125,00	3.099.000,00	2.479.475,00	2.370.000,00
Investimentos	5.113.220,17	6.460.090,83	2.473.125,00	2.762.000,00	2.471.975,00	2.362.500,00
Inversões Financeiras	<u>120.821,40</u>	<u>0,00</u>	<u>5.000,00</u>	<u>200.000,00</u>	<u>5.000,00</u>	<u>5.000,00</u>
Concessão de Empréstimos(XII)	120.821,40	0,00	5.000,00	200.000,00	5.000,00	5.000,00
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida(XIV)	219.903,68	179.398,57	137.000,00	137.000,00	2.500,00	2.500,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	5.113.220,17	6.460.090,83	2.473.125,00	2.762.000,00	2.471.975,00	2.362.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	0,00	0,00	188.975,00	190.000,00	195.000,00	209.777,50
RESERVA DO RPPS(XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	28.197.007,36	31.987.531,14	35.361.000,00	36.406.000,00	38.300.000,00	40.030.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX)=(VII-XVIII)	3.251.314,06	1.995.685,21	-549.200,00	-470.500,00	-744.500,00	-595.500,00

FONTE: PM Pato Bragado/Secretaria de Finanças

NOTA: Os dados relativos a receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente; 2- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio das Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de Contabilidade Pública.



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO
Estado do Paraná



ANEXO II - DAS METAS FISCAIS
Demonstrativo V - Resultado Nominal

Metas de Resultado Nominal
(Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

DISCRIMINAÇÃO	Valores Correntes			Valores Constantes		
	SALDO EM		PROVÁVEL EM	ESTIMADO EM		
	(b) 2015	(c) 2016	(d) 2017	(e) 2018	(f) 2019	(g) 2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	423.362,40	246.062,99	111.092,99	-23.907,01	-24.907,01	-25.907,01
DEDUÇÕES DA DÍVIDA (II)	12.005.712,68	14.038.703,89	2.200.000,00	2.250.000,00	2.250.000,00	2.250.000,00
Ativo Disponível	12.086.559,46	14.086.096,00	2.200.000,00	2.250.000,00	2.250.000,00	2.250.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	-80.846,78	-47.392,11	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	-11.582.350,28	-13.792.640,90	-2.088.907,01	-2.273.907,01	-2.274.907,01	-2.275.907,01
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	-11.582.350,28	-13.792.640,90	-2.088.907,01	-2.273.907,01	-2.274.907,01	-2.275.907,01
ESPECIFICAÇÃO						
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
	-11.582.350,28	-2.210.290,62	11.703.733,89	-185.000,00	-1.000,00	-1.000,00

Nota: * "a" é o resultado da dívida fiscal líquida de 2014.

1-) O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN;

2-) Os valores estimados da dívida correspondem ao saldo devedor, acrescido de juros e encargos, abatidos os valores com amortização da dívida;

3-) No cálculo foi considerada a inexistência de operações de crédito no período;

4-) Em virtude da impossibilidade de apuração da disponibilidade bruta de caixa e demais haveres financeiros, pautamos as projeções nos valores efetivamente apurados de exercícios anteriores



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO

Estado do Paraná

ANEXO II - DAS METAS FISCAIS Demonstrativo VI - Dívida Pública



Metas do Montante da Dívida Pública
(Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EM		PREVISTA	ESTIMADA		
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	423.362,40	246.062,99	111.092,99	-23.907,01	-24.907,01	-25.907,01
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	423.362,40	246.062,99	111.092,99	-23.907,01	-24.907,01	-25.907,01
Interna	423.362,40	246.062,99	111.092,99	-23.907,01	-24.907,01	-25.907,01
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)¹	12.005.712,68	14.038.703,89	2.200.000,00	2.250.000,00	2.250.000,00	2.250.000,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.086.559,46	14.086.096,00	2.200.000,00	2.250.000,00	2.250.000,00	2.250.000,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	(80.846,78)	(47.392,11)	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(11.582.350,28)	(13.792.640,90)	(2.088.907,01)	(2.273.907,01)	(2.274.907,01)	(2.275.907,01)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	31.471.899,86	34.438.349,63	35.149.800,00	36.459.000,00	38.074.000,00	39.804.000,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	1,35	0,71	0,32	-0,07	-0,07	-0,07
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(36,80)	(40,05)	(5,94)	(6,24)	(5,97)	(5,72)
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <33%>	10.385.726,95	41.326.019,56	42.179.760,00	43.750.800,00	45.688.800,00	47.764.800,00
LIMITE DE ALERTA (INCISO III, § 1º, DO ART. 59 DA LRF) <29,70%>	9.347.154,26	10.228.189,84	10.439.490,60	10.828.323,00	11.307.978,00	11.821.788,00

OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

FONTE: PM PATO BRAGADO/CONTABILIDADE

NOTA: Dívida Pública Consolidada é o montante total apurado:

- a) das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- b) das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- c) dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.



MUNICÍPIO DE PATO BRAGADO

Estado do Paraná



ANEXO III DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS (Artigo 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000) (Art. 5º, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/2000)

R\$

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	10.000,00	Limitação da emissão de empenhos nos termos e condições estabelecidas na LDO.	10.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	----	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00	----	0,00
Assunção de Passivos	0,00	----	0,00
Assistências Diversas (emergência ou calamidade decorrente de fenômenos naturais imprevisíveis)	35.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência. (parte)	45.000,00
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL (I)	45.000,00	SUBTOTAL (I)	55.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	410.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência. (parte)	102.000,00
		Limitação da emissão de empenhos nos termos e condições estabelecidas na LDO.	298.000,00
Restituição de Tributos a Maior	8.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência. (parte)	8.000,00
Discrepância de Projeções:	35.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência. (parte)	35.000,00
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL (II)	453.000,00	SUBTOTAL (II)	443.000,00
TOTAL (I + II)	498.000,00	TOTAL (I + II)	498.000,00

Foi estabelecido um superávit/déficit primário da ordem de R\$

-470.498,00

e a uma reserva de contingência de R\$

190.000,00

O montante da reserva de contingência será alocado na Lei Orçamentária Anual, para atender eventuais riscos fiscais como despesas judiciais extraordinárias e outros passivos contingentes.

Caso venha a concretizar as despesas extraordinárias e outras passivas contingências, em valores superiores a reserva de contingência, que coloque em risco as metas fiscais, será tomada providências no sentido de limitar a emissão de empenhos nos termos e condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, abrangendo todos os Poderes e Órgãos do Município.

ANEXO IV

Quadro Demonstrativo das Obras em Andamento Administração Direta

(Artigo 45, § Único, da Lei Complementar nº 101/2000)

Ordem	Denominação da Obra	Situação da Obra	% Executada	Valor (R\$)	
				Pago	A Pagar
1a	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	ANDAMENTO	48,51	724.056,01	765.023,70
2a	OBRA RELATIVA AO PROJETO ELÉTRICO PARA CAPTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	ANDAMENTO	77,20	41.753,68	12.332,43
3a	REFORMA DE PAVIMENTAÇÃO	PARALISADA	0,00	0,00	67.885,49
4a	FECHAMENTO DE BARRACÃO PRÉ-MOLDADO	ANDAMENTO	67,76	179.362,21	219.637,79
5a	CONSTRUÇÃO DA EDIFICAÇÃO SEDE DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE	CONCLUÍDA	100	551.683,46	89.922,05
6a	INSTALAÇÃO DE QUADRO DE COMANDO PARA ACIONAMENTO	ANDAMENTO	41,76	21.400,000	1.000,00
ACUMULADO.....				1.518.255,36	1.155.801,46